



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ALINE PAIVA BLASECHI GARCIA

**A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A RELEVÂNCIA
DE AÇÕES ESTRATÉGICAS NA GESTÃO ORGANIZACIONAL**

Presidente Prudente – SP
2019



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ALINE PAIVA BLASECHI GARCIA

**A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A RELEVÂNCIA
DE AÇÕES ESTRATÉGICAS NA GESTÃO ORGANIZACIONAL**

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Área de concentração: Ciências Ambientais.

Orientadora:
Profa. Dra. Alba Regina Azevedo Arana

333.72
G216p

Garcia, Aline Paiva Blasechi.

A percepção ambiental no contexto universitário: a relevância de ações estratégicas na gestão organizacional / Aline Paiva Blasechi Garcia. – Presidente Prudente, 2019.

79f.: il.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP, 2019.

Bibliografia.

Orientador: Alba Regina Azevedo Arana

1. Gestão ambiental. 2. Comunidade organizacional.
3. Ecosofia. I. Título.

ALINE PAIVA BLASECHI GARCIA

**A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A RELEVÂNCIA
DE AÇÕES ESTRATÉGICAS NA GESTÃO ORGANIZACIONAL**

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Área de concentração: Ciências Ambientais.

Presidente Prudente, 20 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Alba Regina Azevedo Arana
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste
Presidente Prudente - SP

Profa. Dra. Máira Rodrigues Uliana
Universidade do Oeste Paulista
Presidente Prudente - SP

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva
Universidade Federal do Maranhão
São Luís - MA

Estudar é uma constante essência do ser humano. Estudar o meio ambiente significa permitir fazer parte desse universo. Dedico este período de reflexões a Deus, minha família, amigos, professores, colegas e à minha orientadora, pelos estímulos e suporte para entender que toda conquista exige esforços.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, que me permitiu superar todos os desafios nesses anos de estudo do mestrado, à minha família, à equipe de trabalho e aos amigos.

À Professora Dra. Alba Regina Azevedo Arana, minha orientadora, por possibilitar que este estudo se concretizasse, pelos conhecimentos e experiências compartilhadas e pela dedicação às questões ambientais também no ambiente universitário, em busca de promover melhores condições de trabalho e de estudo à comunidade interna, pensando na conservação e nas iniciativas de sustentabilidade no contexto organizacional.

Agradeço, ainda, a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, equipe dedicada e comprometida em colaborar com reflexões no aspecto ambiental e que muito contribuiu com seus ensinamentos e visões para este trabalho.

À Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), em especial à Comissão Própria de Avaliação (CPA), modelo de trabalho comprometido com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, citando aqui nominalmente os pró-reitores Dr. José Eduardo Creste (Acadêmico) e Dr. Adilson Eduardo Guelfi (Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão), além da coordenadora pedagógica Profa. Aparecida Darcy Alessi Delfim.

Agradeço, por fim, ao fundamental apoio dos coordenadores dos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental, respectivamente Dr. Silvério Takao Hosomi e Dra. Leila Sotocorno e Silva.

“A realidade pode mudar, o homem pode mudar. Procurem ser vocês os primeiros a praticar o bem, a não se acostumarem com o mal e sim vencê-lo”.

(Papa Francisco)

RESUMO

A percepção ambiental no contexto universitário: a relevância de ações estratégicas na gestão organizacional

O ambiente universitário é muito complexo e nele estão presentes diferentes públicos, com uma prevalência de jovens. Mas, o que pensam eles sobre o meio ambiente? A resposta para essa pergunta pode viabilizar novos direcionamentos e estratégias do ponto de vista da gestão organizacional. Para estabelecer ações que viabilizem resultados positivos é preciso compreender bem o que pensam seus públicos, na comunicação os chamamos de “*stakeholders*”, que são pessoas dos mais variados perfis com quem a empresa se relaciona. Do ponto de vista organizacional, propor ideias que não estejam devidamente adequadas aos *stakeholders* seria desperdiçar um tempo, cada vez mais escasso, em ações que, na prática, não surtirão o efeito esperado. Assim, o objetivo deste estudo foi verificar a percepção ambiental dos universitários a fim de que a instituição tenha subsídios para propor, de forma estratégica, ações que possam trazer resultados mais eficazes no que se refere às questões ambientais. A metodologia empregada, primeiramente, foi o levantamento bibliográfico sobre a temática abordada e, seguidamente, a realização de um estudo exploratório descritivo-analítico, ancorado na pesquisa-ação com abordagem de pesquisa quali-quantitativa, utilizando como técnica a observação sistêmica. Foi feito um trabalho de campo, com aplicação de questionário para dois públicos: os ingressantes e também os alunos da área ambiental. Verificou-se que os alunos ingressantes ainda precisam ser informados ou ter maior contato com as práticas de educação e de sustentabilidade promovidas pela organização de ensino. Com relação aos respondentes dos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental, 99% dos entrevistados acreditam ser importante o desenvolvimento de ações sustentáveis dentro do ambiente universitário ou realizadas pela universidade.

Palavras-chave: Gestão ambiental. Comunidade organizacional. Comunicação. Ecosofia.

ABSTRACT

Environmental perception in the university context: the relevance of strategic actions in organizational management

The university environment is very complex and different audiences are present, with a prevalence of young people. But what do they think about the environment? The answer to this question may enable new directions and strategies from the point of view of organizational management. To establish actions that enable positive results is necessary to understand well what their publics think, in communication we call them "stakeholders", who are people of various profiles with whom the company relates. From an organizational point of view, proposing ideas that are not properly suited to stakeholders would be to spend time, increasingly scarce, on actions that, in practice, will not have the expected effect. Thus, the aim of this study was to verify the environmental perception of university students so that the institution has subsidies to strategically propose actions that can bring more effective results regarding environmental issues. The methodology used was, firstly, the bibliographic survey on the thematic approached and, next, the accomplishment of a descriptive-analytical exploratory study, anchored in the action research with a qualitative and quantitative research approach, using the systemic observation technique. A fieldwork was done, with a questionnaire applied to two audiences: the freshmen and also the students from the environmental area. It was found that new students still need to be informed or have greater contact with the education and sustainability practices promoted by the education organization. Regarding the respondents of the Biological Sciences and Environmental Engineering courses, 99% of respondents believe it is important to develop sustainable actions within the university environment or carried out by the university.

Keywords: Environmental management. Organizational community. Communication. Ecosophy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem do <i>campus</i> II da Unoeste, em Presidente Prudente – SP	41
Figura 2 - <i>Campus</i> II da Unoeste em Presidente Prudente: o maior em extensão do seu complexo	43
Figura 3 - Usina Solar Fotovoltaica inaugurada no <i>campus</i> II da Unoeste, em março de 2019	44
Figura 4 - Lixeiras no bloco B1, <i>campus</i> II: campanha de reciclagem	50
Figura 5 - Entrepasto de coleta seletiva da Unoeste, que fica no <i>campus</i> II	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ingressantes por cursos com destaque para os três cursos com maior número de respondentes	45
Gráfico 2 - Locais onde reside a família dos ingressantes	46
Gráfico 3 - Meios de comunicação que preferem receber informações da Unoeste	46
Gráfico 4 - Pergunta 1 sobre percepção ambiental no Perfil do Ingressante 2018	47
Gráfico 5 - Pergunta 2 sobre percepção ambiental no Perfil do Ingressante 2018	47
Gráfico 6 - Importância da preocupação com o meio ambiente no local onde estuda	52
Gráfico 7 - Canais por meio dos quais gostariam de receber informações sobre as práticas sustentáveis da universidade	53
Gráfico 8 - Meio de comunicação que mais utiliza no seu dia a dia	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEC	- Associação Prudentina de Educação e Cultura
CEP	- Comitê de Ética em Pesquisa
CNUMAD	- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COOPERLIX	- Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente
CPA	- Comissão Própria de Avaliação
EA	- Educação Ambiental
EaD	- Educação a Distância
FACLEPP	- Faculdade de Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente
FAPERGS	- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IES	- Instituição de Ensino Superior
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	- Ministério da Educação
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
ONU	- Organização das Nações Unidas
PDI	- Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	- Produto Interno Bruto
PLS	- Plano de Logística Sustentável
PNEA	- Política Nacional de Educação Ambiental
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RA	- Região Administrativa
Semesp	- Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
SMS	- <i>Short Message Service</i> (Serviço de Mensagens Curtas)
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TICs	- Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unoeste	- Universidade do Oeste Paulista
US	- Universidade Sustentável

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	SOCIEDADE E MUNDO PÓS-MODERNO	16
3	MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CONCEITOS E PARADOXOS	20
3.1	Percepção ambiental e pertencimento	25
3.2	Universidade e educação ambiental	26
4	COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE	27
4.1	Comunicação ecosófica e o futuro da humanidade	28
5	METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS	29
5.1	Coleta de dados	39
5.2	Objeto de estudo: a Unoeste	40
5.3	Perfil do Ingressante	46
5.4	Pesquisa com alunos dos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental	50
5.5	Discussão e considerações dos resultados da pesquisa	55
6	CONCLUSÃO	61
	REFERÊNCIAS	63
	ANEXOS	74
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	75
	APÊNDICES	77
	APÊNDICE A – COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – PERFIL DO INGRESSANTE 2º SEMESTRE DE 2018	78
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS	80

1 INTRODUÇÃO

A discussão que envolve o meio ambiente é muito importante nos dias atuais. Os impactos causados, sobretudo pós Revolução Industrial, são visíveis e percebidos por meio das mais variadas manifestações, entre as quais estão as mudanças climáticas, o acúmulo exacerbado de resíduos sólidos, o racionamento de água e o surgimento de novas doenças. Uma preocupação que também começa a ser cobrada pela sociedade em relação às organizações, por meio de sua responsabilidade social, que também deve ser ambiental.

Assim, a fim de pensar em estratégias que possam auxiliar as instituições a, definitivamente, colocarem em prática essa responsabilidade, é preciso conhecer, mais do que nunca, os diferentes públicos com os quais elas se relacionam. Partindo desse ponto, o ambiente universitário foi definido como o contexto desta pesquisa, em razão de sua concepção enquanto ambiente de discussões, de ampla difusão de informação e produção de conhecimento.

Nessa perspectiva, este trabalho traz alguns questionamentos, tais como: Qual a percepção ambiental dos universitários? Quais os assuntos ambientais de maior interesse deste público? Quais as estratégias de comunicação mais eficientes no contexto da universidade?

A hipótese adotada neste trabalho foi que, por meio do conhecimento da percepção ambiental dos estudantes universitários, é possível se pensar em estratégias, do ponto de vista da gestão, educação e comunicação para um relacionamento mais eficaz frente aos desafios encontrados pelo homem para a permanência das futuras gerações no planeta.

O objetivo do presente estudo foi verificar a percepção ambiental de universitários, para que seja possível pensar em estratégias de gestão, incluindo a comunicação com esse público. Diante disso, os objetivos específicos foram:

- Verificar o comportamento da comunidade interna de uma universidade em relação ao meio ambiente.
- Identificar os assuntos de maior interesse dos universitários e como se insere a questão ambiental em meio às suas preferências.
- Avaliar de que maneira esses resultados podem contribuir na gestão organizacional e nas estratégias de comunicação com a comunidade interna.

Perante tamanho desafio, a pesquisa procurou entender o perfil de parte significativa do público desse contexto, que são os alunos da graduação, inicialmente com foco nos ingressantes (dados do 2º semestre de 2018) e, depois, com ênfase nos cursos de Engenharia Ambiental e Ciências Biológicas, que são, teoricamente, os que possibilitam relevante reflexão sobre as questões ambientais por sua própria matriz curricular.

A pesquisa de campo foi desenvolvida em dois momentos e com públicos diferentes. O levantamento de dados procedeu-se da seguinte forma:

- Aplicação do questionário no 2º semestre de 2018, no período de 20 de agosto a 8 de setembro, por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que contou com a participação de 493 alunos, correspondendo a 82% dos 599 ingressantes de todos os cursos de graduação. A participação foi anônima e opcional e, nesta edição, foram incluídas duas perguntas relacionadas à percepção ambiental, com vistas ao desenvolvimento de ações estratégicas dentro do Plano de Logística Sustentável (PLS) da universidade, o qual integra o Programa Unoeste Sustentável.
- Com vistas a entender de forma mais aprofundada qual a percepção ambiental dos estudantes dos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental foi aplicada – via e-mail, por meio de programa do Google docs, com o envolvimento das coordenações dos cursos – uma pesquisa quali-quantitativa, e os respondentes participavam de forma espontânea, não havendo nenhuma obrigatoriedade. No total, foram 25 perguntas.

A estrutura do trabalho está baseada no contexto do meio ambiente e da percepção ambiental, com ênfase no público universitário e foi separada em seções. A primeira traz uma contextualização sobre a sociedade, capital e mundo pós-moderno; a segunda as abordagens conceituais e os paradoxos relacionados ao meio ambiente; e a terceira aborda a relação entre comunicação e meio ambiente. A metodologia aplicada e os aspectos voltados ao levantamento dos dados foram trabalhados na sequência. Os resultados e a discussão trazem reflexões para possíveis estratégias organizacionais e os apontamentos finais suscitam que novos

estudos podem colaborar com a gestão e a comunicação em busca de tornar as instituições mais sustentáveis.

2 SOCIEDADE E MUNDO PÓS-MODERNO

Para dar início à fundamentação teórica, esta seção contextualiza a sociedade no mundo pós-moderno, com uma reflexão sobre as transformações trazidas com as diferentes revoluções. A influência do capital sobre o ser humano e no seu convívio social, também são aspectos abordados para compreender o panorama contemporâneo.

No século XXI a sociedade é denominada como a do conhecimento e da informação, afinal, o cidadão tem o poder de expressar suas ideias e tê-las vistas por pessoas em todo o mundo, diante das mídias digitais. No entanto, essas questões também se tornaram um problema político, daquilo que é, por exemplo, público ou privado, sendo, de acordo com Burke (2002), tratada como mercadoria ou bem social.

Mas, este cenário chegou onde está após passar por vários outros processos civilizatórios, caracterizados pelas revoluções, as quais já foram: agrícola, urbana, do regadio, metalúrgica, pastoril, mercantil, industrial, termonuclear, até chegar à tecnológica (RIBEIRO, 1980). De acordo com o autor, todas provocando mudanças sociais e culturais, refazendo os modos de pensar, de ser e de agir das pessoas.

Esses períodos também foram acompanhados pela expansão do sistema capitalista em todo o mundo. Comparato (2011) destaca que foi sem precedentes o exercício do poder econômico. Para ele, o domínio dos ricos sobre os pobres é algo tão velho quanto a humanidade, mas o capitalismo organizou tudo, transformando o meio social.

Na esteira deste pensamento, Pochmann (2016, p. 22) destaca que:

Desde a segunda metade do século XVIII, o gradual abandono da sociedade agrária tem decorrido da ascensão do modo capitalista de produção. O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital teve como herança prévia, em geral, a existência de uma economia mercantil em funcionamento a partir da divisão social do trabalho.

Foi por meio da industrialização que o desenvolvimento capitalista se transformou, tornando capaz de permitir a diversificação da estrutura de produção e a ampliação da distribuição da riqueza no interior da sociedade. A criação e difusão de novas capacidades tecnológicas e a elevação na renda *per capita* foram

acompanhadas pela alteração da estrutura produtiva e do modelo de consumo da população (FURTADO, 1998).

Com o passar do tempo, houve a difusão de cada revolução tecnológica e do seu paradigma tecnoeconômico, juntamente com sua assimilação pela economia e pela sociedade, promovendo os ganhos resultantes de produtividade e expansão, que acabaram por constituir as sucessivas ondas de desenvolvimento capitalista (PEREZ, 2010).

Até chegar ao pós-modernismo, que remete à cultura do consumo ou sociedade do consumo. Vista como forma de reprodução social, a cultura do consumo é considerada um complexo de signos e imagens flutuantes e fragmentadas (FEATHERSTONE, 1997). Para Bauman (1999) a sociedade do consumo inclui o conceito de ambivalência, que se caracteriza como um processo que deve ser pensado a partir do mundo moderno. O que muda a ambivalência são as forças coercitivas do consumo – consumidores como mercadorias.

Portanto, ao chegar à sociedade do conhecimento e da informação, com tantos recursos tecnológicos que tornam diferentes as necessidades e decisões, o ser humano parece estabelecer novos conflitos em suas relações. Para Silva e Silva (2017), o fato de os adolescentes viverem cercados das tecnologias digitais e fazerem seu uso frequentemente, os têm tornado uma geração mais distraída e imediatista, até pela variedade de informações recebidas simultaneamente, por exemplo, por meio do aparelho celular. O que não significa que podemos considerá-los alheios aos problemas sociais, incluindo os ambientais.

Na sociedade contemporânea, os próprios jovens passaram a ser contextualizados com variadas denominações para mostrar sua evolução, quase num ritmo tão frenético quanto às mudanças dos próprios aparelhos celulares. Os sociólogos, inclusive, acreditam que o conceito de geração fora destituído do seu real significado, uma vez que, para os meios de comunicação, acabou se tornando popular para denominar as manifestações culturais ou políticas, como geração hip-hop ou geração “caras-pintadas”; ou de desenvolvimento tecnológico, como geração Y ou geração Net (CORSTEN, 2010). Abrams (1982) já dizia que as “gerações” ocupam o lugar em que dois tempos diferentes – o do curso da vida e o da experiência histórica – são sincronizados. O tempo biográfico e o tempo histórico fundem-se e transformam-se, criando uma geração social.

As fronteiras que separam as gerações não são claramente definidas, não podem deixar de ser ambíguas e atravessadas ou não podem ser ignoradas (BAUMAN, 2007). As gerações jovens vivem valores hedonistas em uma forma paroxística. Contudo, por meio de um processo de contaminação, é o corpo social que acaba sendo afetado (MAFFESOLI, 2007).

Ainda segundo Bauman (2001), as inúmeras esferas da sociedade contemporânea (vida pública, vida privada, relacionamentos humanos) passam por uma série de transformações cujas consequências esgarçam o tecido social. Tais alterações, de acordo com o sociólogo polonês, levam as instituições sociais a perder a solidez e a se liquefazer, tornando-se amorfas, paradoxalmente, como os líquidos. A modernidade líquida, assim, é tempo do desapego, provisoriedade e do processo da individualização; o tempo de liberdade ao mesmo tempo que é o da insegurança.

Embora a sociedade sinta-se fragilizada no âmbito das relações, tornando-a mais individualizada em alguns aspectos, percebe-se também um contraponto nessa reflexão de Bauman, principalmente entre os jovens, que vivem uma era do compartilhamento acentuado, seja nas redes sociais ou em ações do cotidiano, procurando também serem mais participativos em assuntos de interesse coletivo.

Fatores sociais ambíguos explicados pela pós-modernidade, em que Forman (2007) destaca que é diferente da modernidade, quando a ciência era superior à tecnologia. Na realidade, mesmo com o passar dos anos e as mudanças das gerações, o homem é um ser social, impossível de ser pensado fora da sociedade em que nasce e vive (PIAGET, 1987). Já que o homem isolado, que não sofre as influências dos diversos grupos que frequenta e dos legados deixados ao longo de sua história, simplesmente não existe.

Para Chauí (1993, p. 21), “os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural”. Assim, mesmo os jovens, com todos os conflitos e relações sociais característicos da pós-modernidade, terão papel fundamental na construção de novas relações sociais e também ambientais. O meio ambiente demanda um comportamento da sociedade mais colaborativo e participativo, especialmente desta geração jovem, que mesmo tendo o mundo às suas mãos, apresenta-se individualizada em alguns aspectos, mas colaborativa em outros.

A crise ambiental é um problema básico mundial que se acentuou a partir do estabelecimento do modo de produção capitalista, possibilitando o processo de modernização e de globalização de grande parte da sociedade. Contudo, os problemas causados ao meio ambiente culminaram em mudanças ideológicas e institucionais, no que se refere à questão ambiental no cenário mundial. É neste contexto que a terceira seção centra-se na análise sobre os aspectos conceituais e paradoxais do meio ambiente, revelando as ambiguidades, a percepção e o pertencimento da natureza no cenário brasileiro.

3 MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CONCEITOS E PARADOXOS

Esta seção traz os aspectos conceituais e paradoxais do meio ambiente, revelando as ambiguidades, a percepção e o pertencimento do homem e sua compreensão enquanto parte integrante deste contexto. Trabalha, ainda, os aspectos que envolvem o cenário das universidades no Brasil, bem como o papel da educação ambiental.

A compreensão do meio ambiente é ampla e envolve o entendimento do ser humano como parte da natureza. É por meio do conhecimento interdisciplinar que se promove o equilíbrio dinâmico do ambiente, de uma forma mais completa, como assevera Guimarães (2005).

Dentro do contexto histórico, a Revolução Industrial traz a concepção de uma natureza objetiva e exterior ao homem, transmitindo a ideia de que ele é um ser não-natural, ou seja, que está fora da natureza; e isso se consolidou com a industrialização e o estilo de vida proposto pelo capitalismo (GONÇALVES, 2002). Nas sociedades atuais, a humanidade assume, cada vez mais, a consciência do individual, deixando de se integrar à natureza como um todo. Assim, a individualização chega ao extremo, levando o homem a se afastar da natureza. Guimarães (2005) ainda destaca que essa desintegração inviabiliza o homem de perceber as relações harmônicas ou o desequilíbrio da natureza.

Para Tamaio (2002, p. 37), a

[...] natureza é um conceito categorizado por seres humanos, portanto, fundamentalmente político, as suas concepções são variadas e estão intimamente relacionadas com o período histórico e a correlação de forças políticas das classes sociais determinadas historicamente.

E em cada momento da sociedade, a relação do homem com a natureza tem um significado próprio, conforme valores e objetivos de seu povo, portanto, algo passível de mudança. Para Carvalho (2003), a definição de natureza depende da percepção que cada um tem dela, de si, e do que se fará com ela.

Um resgate histórico de um passado não tão distante permite observar o desenvolvimento tecnológico, o capitalismo e mais lá atrás a industrialização, eventos que levam os precedentes como aspectos que colaboram para os impactos ambientais. Estudos sobre os recursos naturais deram surgimento ao que é chamado de sociologia ambiental, com representatividade para a área, haja vista que:

Grande parte dos marxistas tende a ver o meio ambiente como algo típico dos interesses pequeno-burgueses (pós-materialismo) da classe média e, portanto, distantes dos interesses mais nobres e prementes (materialista) da classe operária. O simples fato de muitos ambientalistas acusarem o industrialismo, e não necessariamente o capitalismo, como um dos principais responsáveis pelos males ambientais, já seria motivo para autores marxistas verem a “causa verde” de uma forma suspeita. (LENZI, 2006, p. 36).

Foi um longo período de expansão e avanços na produção e no consumo, porém, de esquecimento das consequências ambientais dessa evolução. Somente com a I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suécia, em 1972, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que se difundiu a temática ambiental, promovendo a criação de instrumentos institucionais e legais capazes de prevenir e enfrentar os problemas ambientais (FELDMANN, 1992). Os resultados de Estocolmo refletiram diretamente na regulamentação da temática ambiental mais de uma década após, quando da elaboração da Constituição Federal Brasileira, em 1988, como destaca Oliveira (2006).

No Brasil, a discussão sobre os impactos ambientais e a necessidade de políticas para amenizar tais interferências começaram, de fato, a ganhar espaço na sociedade com a realização da Eco 92 ou Rio 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Entre as diferentes decisões tomadas no evento, que reuniu os mais importantes chefes de Estado do mundo, houve a assinatura da Agenda 21, um plano de ações com metas para a melhoria das condições ambientais do planeta (CORDANI; MARCOVITCH; SALATI, 1997a, 1997b).

Muitas discussões foram travadas, com o passar dos anos, mas com pouca efetividade de ações que pudessem realmente ser decisivas na degradação imposta pelo homem ao planeta. E o momento atual é reflexo de uma série de erros e decisões tomadas no passado, pois a relação entre homem e meio ambiente foi permeada pelo uso indiscriminado dos recursos naturais. A real percepção das consequências trazidas pelas suas atitudes e estilo de vida só começaram a ser sentidas a partir do momento que tais impactos começaram a causar problemas imediatos ou preocupações para a sociedade dentro de um futuro próximo. Como esclarece Albuquerque (2007), problemas como o aquecimento global, a poluição, a extinção de espécies e o esgotamento de recursos naturais só surgiram como problemas concretos no século XX. Um longo período se passou sem que as

discussões sobre a temática ambiental perpassassem pelos principais interesses da população.

Pott e Estrela (2017) colaboram com este pensamento ao destacarem que as pessoas devem reduzir os impactos desses erros, que foram deixados como legado por uma geração, e focar na prevenção para não se repetirem as mesmas falhas. Segundo Machado (2012), a questão ambiental é um tema obrigatório, pois compromete essa e as futuras gerações, bem como a qualidade de vida de todos os seres vivos do planeta. Nessa mesma direção Patriota afirma que:

Para chegar a um desenvolvimento sustentável e a uma melhor qualidade de vida para todos os povos, os Estados devem reduzir e eliminar sistemas insustentáveis de produção e de consumo e promover políticas adequadas, inclusive políticas relacionadas com a população, de modo a atender às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem às suas próprias. (PATRIOTA, 2006, p. 43).

Com essa proposta desenvolvimentista, sem esquecer as necessidades de preservação ambiental para a continuação da existência humana, é que surgiu o termo desenvolvimento sustentável, conceito dos anos 70, conforme informações do autor e que se tornou presente nas discussões globais subsequentes.

Mas, mesmo após as conferências citadas anteriormente, o século XXI também começou com certa perda de ritmo no que diz respeito ao enfrentamento das questões ambientais. De acordo com Diniz (2002), a Rio+10 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) –, que ocorreu em 2002, em Johannesburgo, África do Sul, não inovou em relação à anterior, limitando-se a reiterar a importância de atitudes dos países que visassem à melhoria da distribuição de água e saneamento para as populações carentes. Foi estabelecido um plano de ação com prazos de 8 a 18 anos, para temas como a redução da perda de biodiversidade até 2010.

Depois, em 2012, no Rio de Janeiro, aconteceu a Rio+20, que, segundo Guimarães e Fontoura (2012), também não produziu avanços, apenas buscou manter o desenvolvimento sustentável como um desafio na agenda de preocupações da sociedade, mas ainda com discursos distantes e sem compromissos efetivos dos governantes. Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou o relatório (que estava em desenvolvimento desde a Rio+20), que guiará os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, intitulado “O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta”, e expôs objetivos e metas que irão subsidiar

as decisões da ONU no futuro, com destaque para o desenvolvimento sustentável (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2017). “Espera-se que esses novos objetivos promovam um maior compromisso da comunidade internacional e de toda a população para com as questões ambientais” (POTT; ESTRELA, 2017, p. 277-278).

Embora se espere da comunidade internacional e das lideranças políticas ações mais efetivas, a educação ambiental é um aspecto relevante no cenário histórico e atual. Fenômeno característico da segunda metade do século XX, a educação ambiental (EA) surgiu como uma das “estratégias” da sociedade para fazer frente aos problemas ambientais entendidos, a partir desta época, como ameaças à qualidade e à vida no planeta (UNESCO, 1992).

Ramos (2001, p. 206) destaca o papel da educação ambiental para melhores condições de todo o planeta e da sobrevivência humana:

A educação assume um papel central na construção de um mundo “socialmente justo e ecologicamente equilibrado”, condição tida como indispensável para sobrevivência humana e para a manutenção da vida no planeta. A ação individual foi valorizada, as preocupações ambientais da esfera pública para a esfera subjetiva, para o indivíduo, recaindo-se numa visão simplista, na medida em que, o discurso do “sobrevivencialismo” reduz a dimensão política das questões ambientais e procura identificar na ação isolada dos indivíduos as causas da degradação ambiental. E, neste caso, acredita-se que o indivíduo degrada porque ignora e a educação, mais especificamente a educação ambiental, surge como elemento essencial para resolver este impasse. Ou seja, ela deve ser capaz de transformar as relações do homem com o ambiente, entre o indivíduo e a natureza.

A Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (BRASIL, 1999). Em seu primeiro artigo, a lei expressa que:

[...] o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Gonçalves (2007) destaca que as empresas, sociedade e o Poder Público encontram respaldo no Direito Ambiental, pois existe uma rica legislação vigente e também porque seus operadores buscam o trabalho preventivo.

Outro fator importante na sociedade atual é o espaço dado pelos veículos de comunicação na divulgação de informações relacionadas ao meio ambiente. Nos recentes episódios envolvendo o rompimento de barragens de mineradoras, em

Minas Gerais, por exemplo, a ampla cobertura possibilitou, além de maior visibilidade aos impactos causados para o meio ambiente, a exposição de diferentes problemas como o salvamento às vítimas, as questões legais quanto ao cumprimento de normas ambientais e de gerenciamento de crise, entre diversos outros aspectos.

Os meios de comunicação ganham protagonismo nas tarefas de envolver os diferentes atores, impulsionar as ações de socorro e apoio às vítimas, e gerar confiança entre os atingidos. Tal perspectiva se funda na percepção de uma série de trabalhos precedentes, segundo os quais, durante um desastre, a mídia é a mais importante ferramenta de mitigação à disposição das autoridades porque a sua atuação cria a percepção pública sobre os riscos do evento (MILES; MORSE, 2007; PÉREZ-LUGO, 2001).

Krasilchik e Marandino (2004) acreditam, ainda, na força de toda uma cadeia na divulgação e conscientização ambiental, desde a escola até os meios de comunicação e outros canais ou espaços que fortalecem os saberes científicos e propagam boas práticas:

Na educação escolar, a seleção entre os saberes e os materiais culturais tem por meta torná-los efetivamente transmissíveis e assimiláveis. Todavia, outros ecossistemas educativos irão determinar novas formas de produção, reprodução e apropriação do conhecimento. É o caso, por exemplo, dos espaços de educação não-formais e informais, como os museus de ciências, os programas educativos no rádio e na TV e os meios impressos como jornais e revistas. Nesses casos também os saberes científicos são selecionados e passam por processos de reorganização, tornando-os passíveis de sentido para o conjunto dos indivíduos. (KRASILCHIK; MARANDINO, 2004, p. 30).

Portanto, a questão ambiental ter abertura em diferentes esferas, seja por meio dos veículos de imprensa, seja nas escolas, envolvendo questões políticas e econômicas, possibilita maior visibilidade e efetiva aplicação dos direitos e deveres de todo o cidadão referente ao meio ambiente que, como constatado por diferentes autores, não pode estar desassociado do homem. Fortalecendo essa relação com o ambiente natural é relevante a reflexão do contexto da percepção e do pertencimento que vêm a seguir.

3.1 Percepção ambiental e pertencimento

Baker (2005) acredita que a percepção é claramente mais do que o processo no qual os estímulos vencem os sentidos, é o início do processamento de informações, a interpretação dos estímulos aos quais se presta atenção de acordo com a conformação mental existente, que são as atitudes, a experiência e motivação. Para Brandalise *et al.* (2009):

Percepção é a interpretação que uma pessoa faz de uma mensagem e esta pode ser diferente dependendo de quem a recebe, o que leva a crer que o nível de instrução e experiência influencia no modo como um estímulo é percebido e, conseqüentemente, nas atitudes e comportamento de consumo. (BRANDALISE *et al.*, 2009, p. 277).

A pesquisa em percepção ambiental é um elemento fundamental para o planejamento do ambiente, já que uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de variadas percepções dos valores, da relevância deles entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos socioeconômicos que desempenham funções distintas no plano social, nesses ambientes (FERNANDES *et al.*, 2004).

Perceber algo que está ao redor ou em determinado ambiente requer uma abordagem mais profunda quanto ao valor atribuído de forma econômica, estética ou ecológica às coisas e necessita do entendimento de um conjunto de sensações provocadas por sentidos tais como a visão, o paladar, a audição e o tato. A mente, neste processo, passa a associar tais estímulos inatos à inteligência. A inteligência associa aos sentidos os valores éticos, morais, culturais, de julgamento, experiências e expectativas em torno daquilo que se pode perceber. Tais sentidos permitem a um indivíduo a construção de ideias e imagens que possibilitam a compreensão (BRASIL, 1998).

Mas essa percepção do meio dá-se de forma individual ou coletiva, de processos cognitivos, julgamentos ou expectativas pessoais. Desta forma, a compreensão das inter-relações do homem e o ambiente é uma ferramenta para o direcionamento de estudos dos fenômenos comportamentais-ambientais e de conduta dos seres humanos (FERNANDES *et al.*, 2004).

Este fato também é encontrado no pensamento de Guimarães M. (2006, p. 7):

[...] os modos como enxergamos e nos relacionamos com a natureza [e o ambiente] são frutos do momento histórico em que vivemos. Muitas vezes, não percebemos que os nossos atos, as maneiras de narrar acontecimentos, os modos de vermos a nós mesmos e aos outros, tudo isso, são negociações que vamos estabelecendo diariamente com os significados que nos interpelam através da cultura.

Complementando, Marczewski (2006) diz que o estudo da percepção ambiental de uma comunidade configura-se como uma ferramenta essencial para a compreensão de comportamentos vigentes e para o planejamento de ações que promovam a sensibilização e o desenvolvimento de posturas éticas e responsáveis perante o ambiente.

Essa percepção está atrelada a outro fator a ser considerado ao estudar o meio ambiente: o pertencimento. Por exemplo, trazendo a temática central deste estudo, será que os universitários consideram o espaço da instituição como parte de sua responsabilidade? Seja um ambiente público seja privado, o fato é que muito do tempo destes estudantes é passado dentro deste contexto, talvez, no caso de cursos integrais, que são aqueles que funcionam em mais de um período do dia, os jovens permanecem por mais tempo do que na própria residência. No entanto, se sentir pertencente a um lugar ou a uma organização, que não seja necessariamente a casa onde se mora ou a empresa em que se trabalha, leva ao surgimento de questionamentos relacionados a determinadas atitudes ou comportamentos.

O pertencimento é conceituado por Erickson com base em organizações formais e informais em que o indivíduo participa de modo a sentir-se pertencendo a um grupo identitário de reconhecimento mútuo entre seus membros (ERICKSON, 1987). Sarmiento (2002) explica que o pertencimento constitui-se pelas relações comunitárias, pelas construções de referências, valores de pautas de condutas e distribuição de poderes que são inerentes à pertença comunitária.

Na mesma linha, mas com algumas derivações, Yuval-Davis (2006) conceitua o pertencimento dentro de estruturas básicas: 1- são as estruturas analíticas, que exploram a noção de pertencimento pela análise de posições sociais, dos processos de identificação, dos elos emocionais e dos valores éticos e políticos. 2- Denomina-se como as estruturas políticas de pertencimento, que enfoca as políticas de pertencimento e de como as estruturas políticas se inserem nas diversas políticas e projetos em que vivem os indivíduos em sociedade, como, por exemplo, pelo direito ao exercício da cidadania e às ações participativas, evidenciando-se,

portanto, o direito de status no grupo de pertencimento. 3- Nível que estrutura a mecânica de pertencimento em projetos políticos que compreendem determinadas características de um indivíduo. Eles são selecionados por diferentes significados específicos de pertencimento, por possuírem ou não essas características.

Em relação ao contexto universitário, é necessário que os jovens tenham este sentimento de pertencimento, bem como que a universidade também compreenda o público com o qual se relaciona de forma sistematizada. Em seus estudos, Bagnall (2008) ressalta que a necessidade dos alunos deve ser conhecida e respeitada, de modo que seja estabelecida uma relação bem-sucedida do ponto de vista da escola para a satisfação dos anseios dos alunos e professores, reconfigurando a escola como uma comunidade de pertencimento.

Há unidade do ser humano e da natureza: a) na medida em que a natureza é homem (natureza humanizada); e b) na medida em que, como ser natural humano, é também natureza. Nem a natureza é separável do homem, e por isso, Marx fala da “realidade social da natureza”, nem as ciências naturais podem ser separadas da ciência do homem, conforme cita Vázquez (2007) ao interpretar as considerações de Marx. Deste modo, fica compreendido que a separação do ser humano da natureza é inadequada, já que ele, como ser natural, também pertence à natureza, e esta, quando já está humanizada ou antropizada, é também ser humano, e, como consequência, fica evidenciado o equívoco de separação ou fracionamento das ciências em: naturais e dos seres humanos.

Acerca desta questão Jorge (2006, p. 33) afirma:

A palavra espaço não diria nada a um aborígine australiano, a um nativo americano, ou a um ameríndio amazônico, antes de contatar com a nossa cultura. Fazendo corpo com a terra, sentindo-se elementos da terra como quaisquer outros, muitas comunidades que encontramos pelo mundo afora tiveram dificuldade em perceber a ocupação, a utilização agressiva, a demarcação em propriedades, a exploração de algo que para eles não era uma entidade inanimada e extensa, a terra, mas uma espécie de ser parental envolvente, ontológico, que a todos produziu e a todos há de sobreviver.

No contexto universitário, por sua vez, pensando que a partir do momento que seus estudantes se sentirem mais responsáveis – seja por meio da percepção seja do pertencimento – pelo ambiente desta organização de ensino, será possível tê-los mais envolvidos com as questões de sustentabilidade de seus *campi*, gerando atitudes ambientais conscientes, em busca de promover uma harmonia e melhor

qualidade de vida nessa comunidade interna. Esse universo é relatado a seguir com enfoque também na educação ambiental.

3.2 Universidade e educação ambiental

Para entender o contexto universitário, utilizou-se o Censo do Ensino Superior 2017, que foi divulgado no ano de 2018, sendo sempre efetuado ao fim de cada ano ou ciclo pelo Ministério da Educação (MEC), órgão regulamentador da área. O panorama do Brasil mostra que existem, atualmente, 296 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 2.152 privadas. Conforme o mesmo relatório, as IES privadas têm uma participação de 75,3% (6.241.307) no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 24,7% (2.045.356).

Por meio desses dados verifica-se o impacto do ensino superior particular no Brasil, onde está a fatia mais extensa do público universitário. No entanto, ainda são poucos os brasileiros que chegam até o ensino superior. Com base em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2019), somente 30% dos que têm mais de 18 anos de idade conseguem completar o ensino médio, contudo não buscam a continuidade de estudos por meio de uma graduação, já que a proporção de jovens (18 a 24 anos) no ensino superior ainda é de apenas 17,2%. O universo de adultos (25 anos ou mais) com diploma também se encontra em patamares mínimos: 13% do total de brasileiros, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018).

Para Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo) – sindicato que congrega mantenedores de IES do Brasil –, considerando a faixa etária do aluno do presencial (22 anos) e do EaD (30 anos), aliado ao baixo crescimento e estagnação dos cursos presenciais, é possível afirmar que o Brasil não está conseguindo ampliar o ingresso do jovem ao ensino superior. Mesmo diante de todas essas questões que dificultam o ingresso do jovem no ensino superior, as IES são responsáveis pela formação de mão de obra qualificada para um mercado de trabalho que precisa, cada vez mais, de profissionais capacitados (SEMESP, 2018).

Para Bursztyn (2004), a universidade, ao longo do século XX, seguiu uma trajetória especializante crescente, algo mais direcionado para a área de formação

ao qual cada curso, por exemplo, estava relacionado, sem uma visão global e holística. Agora, no início do século XXI, deve atentar para a revisão de sua trajetória, em face do desafio de cumprir seu papel de oferecer respostas às novas perguntas que o mundo real apresenta. Historicamente, a universidade surge e evolui em contextos sociais com problemas muito diferentes dos atuais, pois hoje a complexidade ambiental lança novos desafios para essa estrutura (RIOJAS, 2006).

Chega-se ao ponto de refletir sobre o papel das universidades diante da educação ambiental. Nessa perspectiva, se os sistemas sociais atuam na promoção da mudança ambiental, então a educação assume posição de destaque para construir os fundamentos da sociedade sustentável, apresentando uma dupla função a essa transição societária: propiciar os processos de mudanças culturais em direção à instauração de uma ética ecológica e de mudanças sociais em direção ao empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedades que se encontram em vulnerabilidade face aos desafios da contemporaneidade (BRASIL, 2005).

De acordo com Sato (2002, p. 169):

Há diferentes formas de incluir a temática ambiental nos currículos escolares, como atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora de sala de aula, produção de materiais locais, projetos ou qualquer outra atividade que conduza os alunos a serem reconhecidos como agentes ativos no processo que norteia a política ambientalista. Cabe ao professor, por intermédio de prática interdisciplinar, propor novas metodologias que favoreçam a implementação da Educação Ambiental, sempre considerando o ambiente imediato, relacionado a exemplos de problemas atualizados.

A educação ambiental é um instrumento que prepara os indivíduos para uma melhor compreensão dos problemas decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais, pois oferece, por meio de formação e informação, conhecimentos de transformação social para práticas de atitudes ambientalmente corretas de forma integrada ao exercício da cidadania. E exercer a cidadania é partilhar e dividir com todos os indivíduos o poder de decisão sobre a produção e o consumo de bens materiais e culturais de interesse comum a toda a humanidade (MELLO; TRAJBER, 2007).

Algo muito além do processo formal advindo das atividades escolares desenvolvidas dentro dos parâmetros curriculares em sala de aula. A concepção perpassa um processo de formação entre o indivíduo e o meio que o cerca.

Para Pelicioni (2004, p. 459):

Educação, do vocábulo latino *educere*, significa conduzir, liderar, puxar para fora. Baseia-se na ideia de que todos os seres humanos nascem com o mesmo potencial, que deve ser desenvolvido no decorrer da vida. O papel do educador é, portanto, criar condições para que isso ocorra, criar situações que levem ao desenvolvimento desse potencial, que estimulem as pessoas a crescerem cada vez mais.

A autora adverte que esse processo é contínuo, portanto, a educação está presente em todas as fases da vida, pois a curiosidade leva o ser humano a seguir em busca do conhecimento. Para Pelicioni (2004, p. 459), “ninguém educa ninguém, ninguém conscientiza ninguém, ninguém se educa sozinho”. A educação depende, assim, de uma adesão voluntária, dependendo de quem a incorpora e não de quem a propõe.

Dias (2004) alerta que a maior ameaça à sustentabilidade humana é a ignorância da nossa própria condição natural, denominada por ele de analfabetismo ambiental, tratando do desconhecimento das questões ambientais e da dependência desses recursos naturais para a manutenção da vida na Terra. Portanto, após décadas de destruição do nosso habitat natural se observam movimentos de transformação advindos da necessidade premente de mudar o rumo e o destino da vida no planeta, sobretudo em face das recentes consequências da crise ambiental e do iminente aquecimento global.

A educação ambiental surge, de acordo com Carvalho (2001), como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e regras políticas de convívio social e de mercado, implicando daí uma questão distributiva entre os benefícios e os prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ante esse cenário, a educação ambiental torna-se além de essencial, o diferencial para reverter esse quadro, pois, conforme preceitua Dias (2010), é preciso esforços que ultrapassem a área educacional, pois são poucas as sociedades conscientes de que aquilo que consomem representa mais do que o planeta pode absorver, um cálculo que não traz uma conta favorável ao meio ambiente.

Conforme Dias (2010), o papel da educação ambiental, neste contexto, é urgente, pois é necessário oferecer mais formação, já que a educação, ainda hoje, apenas “treina” os educandos a ignorar as consequências ecológicas de seus atos.

Em nenhum período conhecido da história humana ela precisou tanto de mudança de paradigma, de uma Educação renovadora e libertadora. [...] precisamos de um processo mais completo, que promova o

desenvolvimento de uma compreensão mais realista do mundo. No século XX, o ser humano involuiu, ética e espiritual. (DIAS, 2010, p. 16).

Durante todo o período de formação educacional pelo qual cada um passa, seja do processo educativo formal seja do não formal, o ensino não tem contemplado formar pessoas éticas em todas as suas relações. As disciplinas interligadas, direta ou indiretamente, ao meio ambiente são fragmentadas, não acarretando na formação de cidadãos responsáveis ambientalmente (DIAS, 2010).

No entanto, a educação ambiental deveria ser instrumento de transformação para que todos os habitantes desse espaço comum estivessem capacitados para gerir os recursos naturais de forma equânime, prevalecendo o bem coletivo em detrimento do bem individual, para que a permanência no planeta seja a mais profícua e viável possível para os atuais sete bilhões de habitantes e os demais que estão por vir. Isso é destacado por Trigueiro (2010), ao considerar que a humanidade tem subsídios para enfrentar o cenário ambiental, antes que entre num colapso:

Dispomos de conhecimento e tecnologia para desatar o nó que nos atrela ao velho paradigma e nos projeta na direção de um futuro sombrio. É preciso, porém, denunciar o esgotamento de um modelo suicida e sinalizar novos rumos para a sociedade, tendo a sustentabilidade como premissa do desenvolvimento. A escola é o ponto de partida dessa viagem. Por isso, é urgente que incorpore, desde já, a variável ambiental; do contrário será tarde demais. Aos professores, o grande desafio. Aos alunos, o saber da descoberta. À escola, o resgate de um espaço no qual a vida precisa ser compreendida na sua inteireza e complexidade. (TRIGUEIRO, 2010, p. 265).

Assim, as universidades podem contribuir, pois, segundo Romeiro, Reydon e Leonardi (2001), têm um papel na formação ambiental de profissionais que estão indo para o mercado de trabalho, podendo incorporar a dimensão ambiental nos seus objetivos, conteúdos, metodologias e nas próprias carreiras que estão formando. A sociedade espera que os profissionais que estão se graduando sejam capazes de trabalhar com base em uma leitura abrangente, holística, sistêmica, reflexiva e crítica da realidade.

O jovem, quando entra na universidade, busca, em suma, pela formação profissional, mas seu diploma pode não somente transformar a sua vida profissional, lhe dando novas chances no mercado de trabalho, pode também possibilitar que ele compartilhe uma visão mais social e ambiental, promovendo a preservação, implantando ações no seu cotidiano e conscientizando em casa, os amigos e, por

que não, no trabalho, promovendo práticas que colaborem para o meio ambiente saudável.

Inclusive, por estarem dentro desse contexto e pelas características comunicacionais avançadas, a relação desses universitários com o meio ambiente se faz um ponto estratégico para a promoção da conscientização e da valorização das práticas ambientais sustentáveis, essa relação é assunto tratado na seção seguinte.

4 COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

A comunicação, como relevante processo de disseminação de conteúdo sobre as questões ambientais, é o ponto abordado nesta seção, sendo a Internet o principal canal de difusão de informação no aspecto global. A comunicação ecosófica também conquista espaço na discussão, com sua visão singular.

É preciso compreender o termo comunicação, que para Martino (2012) é uma referência ao ato de compartilhar um mesmo objeto de consciência, pois exprime a relação entre consciências. A comunicação é um processo do qual a sociedade não pode prescindir, e todo ato consciente do ser humano envolve uma forma específica de interação, acredita Ferrari (2009). Já para Cox (2010a), a comunicação é assumida como formas de ações simbólicas, como a linguagem, e esses símbolos são mais do que transmissão de informação, eles atuam ativamente na construção de entendimento e na criação de significados sobre o mundo, pois:

1. Comunicação ambiental é pragmática, pois educa, alerta, persuade e nos ajuda na resolução dos problemas ambientais. É o veículo ou os meios que nós usamos na resolução de problemas, é frequentemente parte de campanhas de educação pública. [...]. 2. Comunicação ambiental é constitutiva, pois incorpora o papel pragmático da linguagem e outras formas de ação simbólica, é um nível mais sutil da comunicação. Por constitutiva, assumimos [a ideia de] que a comunicação a respeito da natureza auxilia a construção e/ou compor representações da natureza e problemas ambientais como matérias para a nossa compreensão. Essa comunicação apresenta uma perspectiva particular, pois evoca certos valores e cria referências para nossa atenção e entendimento [...] (COX 2010, p. 19, *apud* JUSKI, 2015, p. 59-60, tradução do autor).

Não são mais as mídias tradicionais, como o jornal impresso, a TV e o rádio; mas a Internet e, em especial, as mídias digitais que possibilitaram à comunicação novas características. Conforme relata Campos (2012), assim como a sociedade, as mídias também estão mudando rapidamente. O consumidor de conteúdo deixa de ser mero receptor, na descrição de Castells (1999). Aquela comunicação de via única – eu falo, você escuta – dá lugar a um espaço democrático, dando voz às pessoas. Os referidos autores completam o pensamento ao reafirmarem que, por meio das mídias sociais virtuais, os jovens encontraram uma forma de expressar as opiniões de assuntos variados como corrupção, discriminação, violência, assédio, entre várias outras temáticas.

Conhecidos como “nativos digitais”, esse público recebe as informações de forma diferente do que as gerações anteriores. Segundo Prensky (2001), possuem

como características: agilidade e rapidez; preferência por processos randômicos de acesso aos conteúdos; tendência ao imagético em detrimento do textual e a realização de atividades multitarefas.

Para Biernazki (2000, p. 47), às vezes, se esquece de que o acesso instantâneo às informações “é um fenômeno que apareceu muito repentinamente na história – é tão recente que não tivemos tempo para passar pelo processo de tentativa e erro, necessário para desenvolver instituições culturais que possam lidar adequadamente com ele”. E como expõem Araújo, Moura e Jerônimo (2014, p. 62):

A web passa cada dia mais a se constituir como um grande canal de divulgação. Primeiramente voltada à transmissão de informações textuais, posteriormente abrangendo figuras em geral e atualmente, difundindo músicas, fotografias, mapas, de todas as partes do mundo para todas as partes do mundo. O uso da Internet, como meio de comunicação e informação, realmente acarretou uma verdadeira revolução em termos de tratamento e processamento de todo tipo de informação.

E se os jovens compõem uma parcela significativa do contexto universitário, é possível dizer que a Internet é o canal ideal para a comunicação com esse tipo de público. Seja uma instituição de ensino seja qualquer outra organização, se não estiver atenta às emergentes formas de comunicação e ao perfil de seu público, certamente encontrará dificuldades para se manter num mercado competitivo.

Para Forni (2003), se uma organização não está inserida no ambiente digital é como se estivesse incompleta, ou seja, qualquer organização fora das redes sociais pode ser considerada externa ao mundo atual. Nessa direção, Mortari e Santos (2016, p. 94) afirmam que:

[...] as organizações possuem um papel muito maior nas redes sociais digitais do que apenas a criação de uma fanpage e/ou perfil. É preciso ter ciência de que as redes sociais são assim chamadas pela sua necessidade de interação, de relacionamento e de criação de vínculos.

As organizações de pequeno, médio e grande portes, que enxergam na comunicação uma aliada à sua imagem perante os variados públicos, interno ou externo, utilizam as estratégias de planejamento de marketing. Para Boone e Kurtz (2002), trata-se de antecipar eventos e condições futuros que serão determinantes para o andamento de ações que visam alcançar objetivos de venda, satisfação dos clientes ou do próprio relacionamento com os consumidores de uma determinada marca. É um planejamento complexo, que envolve a integração com a gestão da empresa e um trabalho contínuo, pensando, por exemplo, onde a organização

deseja estar no futuro, sempre avaliando as ações ao longo do caminho, para verificar mudanças ou alinhamento de rumos que levem a atingir as metas traçadas (CAMPOMAR, 1993).

Nesse ambiente de comunicação organizacional, além do profissional com formação em marketing, trabalham publicitários, fotógrafos, relações públicas e jornalistas. Neste último caso, a atuação, normalmente, é em Assessoria de Imprensa. O profissional dessa área atua diretamente no relacionamento com as redações jornalísticas, em busca de informar assuntos de interesse coletivo e que são relacionados ou produzidos por uma empresa – pública ou particular. Segundo Duarte (2001, p. 23), a atividade de assessoria de imprensa “tem sua origem na necessidade e no interesse de profissionais e instituições de todos os tipos em estabelecer sistemas de relacionamento com as redações para se comunicarem com a sociedade”. Partindo dessa análise, não somente os canais institucionais podem ser trabalhados, no que diz respeito à comunicação voltada à questão da sustentabilidade institucional, mas também os veículos jornalísticos, que podem veicular uma informação da empresa sem caráter publicitário, ou seja, não pago.

Outra questão trabalhada pelas organizações envolve o gerenciamento da imagem em relação à sustentabilidade. Conforme Quadros e Tavares (2014, p. 46):

Diversos estudos apontam a sustentabilidade como peça fundamental da inovação. Reduzir a quantidade de matérias primas usadas na produção ou repensar processos para eliminar o impacto ambiental de certas substâncias traduzindo-se, cada vez mais, em melhoria nos indicadores financeiros da empresa. Em um futuro próximo, as empresas que não adotarem práticas sustentáveis não conseguirão mais competir no mercado.

Para Kinlaw (1997), a questão básica que pressiona todos os tipos de empresa privada ou pública é: Como permanecer viável e continuar operando de forma que minimize os impactos ambientais? Os métodos utilizados pelas organizações com relação a essa questão irão determinar sua situação competitiva e sua sobrevivência.

De acordo com Oliveira (2006), liderar uma organização de forma sustentável gera novos desafios para o administrador, cabe a ele difundir o conceito nos mais diferentes níveis da empresa, colocando-a em prática e incorporando-a a rotina para todos os colaboradores. A sustentabilidade tem que fazer parte do planejamento estratégico da organização, é uma decisão que não pode ficar só no tático e operacional. Outro fato é o desconhecimento do que é uma gestão

sustentável. A sustentabilidade é usada de uma forma muito ampla, o que na verdade é a prática de algumas ações específicas, tem que ser estratégica e fundamental para a empresa o que agrega diretrizes ambientais e sociais, que antes não eram percebidas, definem Oliveira, Siggers e Mac Dowell (2014).

Portanto, conforme os autores supracitados, toda empresa – pública ou particular – tem seus direitos e deveres, busca compartilhar sua missão e seus valores. O ponto crucial é que mais do que ter, é preciso fazer ou informar, além de avaliar as estratégias, seja de gestão ou de comunicação. Ninguém se torna ambientalmente correto ou sustentável da noite para o dia, não é algo que tem começo, meio e fim.

É direito de todos ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, de uso comum e essencial para a qualidade de vida, mas cabe ao poder público e ao cidadão defender e preservar, em benefício da presente e das futuras gerações (BRASIL, 1988). Assim também as organizações têm suas responsabilidades, diante de tantos desafios que se encontram nas esferas municipais, estaduais, nacionais e mundiais. Sendo que a comunicação ecosófica, neste sentido, torna-se fundamental ao pensar no futuro do homem.

4.1 Comunicação ecosófica e o futuro da humanidade

Colocar a vida no centro do universo parece ser o caminho para a comunicação ambiental contemporânea, remetendo ao conceito da ecosofia. Criado pelo francês, filósofo e ativista, Felix Guattari, seu objetivo é estimular ações sustentáveis tomando-se por base uma cultura digital ecológica e dinâmica, na qual a natureza e os seres humanos participem e interajam no mesmo ecossistema comunicativo, além de propor um diálogo entre biologia, filosofia e sociologia (DI FELICE, 2008).

Partindo do pressuposto do seu criador, jamais o trabalho humano ou o habitat voltarão a ser o que eram antes, após as revoluções tecnológicas e a globalização mercadológica. A velocidade das transformações de transporte e comunicação são irreversíveis. Mas, um dos desafios da ecologia social será a reconstrução das relações humanas em todos os níveis, sem desconsiderar que o capital não tem mais território próprio, seu império ampliou-se sobre o conjunto da

vida social, econômica e cultural, infiltrando-se nos estratos subjetivos mais profundos (GUATTARI, 1990).

De acordo com Guattari e Rolnik (1986), a subjetividade torna-se capitalística quando produzida pela mídia e pelos equipamentos coletivos, de modo geral, que impõem modelagens de como ser e de se viver, não sendo algo mais a pertencer ao indivíduo, mas ao que é estabelecido na relação com o outro, compreendendo-se esse “outro” como tudo o que produz efeito nos corpos e nas maneiras de viver. Embora a comunicação ditando “modas” não seja algo novo, pode auxiliar no aspecto de propostas sociais que coloquem a preservação e as práticas ecológicas em primeiro plano.

É o que considera outra vertente que utiliza a expressão “consumo verde”, quando o consumidor, além de buscar melhor qualidade e preço dos produtos, tem poder na sua escolha – a questão ambiental –, adotando medidas no consumo que não destruam o meio ambiente (ELKINGTON; HAILES; MAKOWER, 1990; PORTILHO, 2005), tanto na produção quanto na distribuição, no consumo e no descarte final do produto. Os consumidores verdes optariam por produtos que causassem o menor – ou não exercessem – prejuízo aos ecossistemas e buscariam um efeito nulo ou favorável sobre o meio ambiente e a sociedade (DINATO, 1998).

Pode-se dizer, então, que existem frentes e práticas sustentáveis em todas as partes do mundo, em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Pessoas conscientes de suas ações individuais, bem informadas e preocupadas com questões ambientais surgiriam como uma nova estratégia para a solução dos problemas ligados ao consumo e para as mudanças em direção à sociedade sustentável (ELKINGTON; HAILES; MAKOWER, 1990; HALKIER, 1999).

No futuro a questão não será apenas a da defesa da natureza, mas a de uma ofensiva para reparar o pulmão amazônico, para fazer reflorescer o Saara. A criação de novas espécies vivas, vegetais e animais está inelutavelmente em nosso horizonte e torna urgente não apenas a adoção de uma ética ecosófica adaptada a essa situação, ao mesmo tempo terrificante e fascinante, mas também de uma política focalizada no destino da humanidade. (GUATTARI, 1990, p. 51).

Para Di Felice (2008), a ecosofia não somente na perspectiva da sensibilidade, mas como expressão de uma nova dimensão ecológica, por meio da difusão das tecnologias digitais. As mais recentes Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) levam a outra relação com o meio ambiente, totalmente

conectada em rede. Mesmo não estando fisicamente no Polo Ártico, por exemplo, existem tecnologias de geolocalização que permitem a ligação com qualquer parte do mundo, uma dimensão ecológica planetária distinta daquela urbana antropomórfica e daquela nacional-política.

A tecnologia pode conectar o mundo e ser utilizada a favor da sustentabilidade, já que a sociedade tem um aparente perfil consciente, como apontado na pesquisa divulgada em 2006 pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Instituto de Estudos da Religião (MENDES, 2006). Cresceu o número de pessoas capazes de identificar problemas ambientais no país e também de brasileiros que não consideram exagerada a preocupação com o meio ambiente (42% em 97; 46% em 2001 e 49% em 2006).

No entanto, ainda faltam atitudes e a comunicação pode ser aliada, no sentido também de cobrar da sociedade e das esferas públicas uma efetividade nos processos: que seria não só ser ecologicamente correto, mas definitivamente colocar em prática.

Diante desta discussão, o assunto tratado a seguir compreende as etapas metodológicas que foram utilizadas para a realização da presente pesquisa sobre a percepção dos estudantes universitários em Presidente Prudente-SP à luz do arcabouço teórico construído nas seções 2, 3 e 4.

5 METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção são apresentados os materiais, métodos e procedimentos adotados para a realização da pesquisa quali-quantitativa, a qual visou aferir a percepção dos universitários frente às questões ambientais. Apresenta ainda os resultados e a discussão das duas etapas da pesquisa, envolvendo o Perfil do Ingressante e o questionário aplicado junto aos alunos dos cursos de Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura) e Engenharia Ambiental (Bacharelado), ambos na modalidade presencial.

5.1 Coleta de dados

O presente estudo teve como método a pesquisa ação; Gil (2010) afirma que a pesquisa ação tem características situacionais, pois procura diagnosticar um problema específico em uma situação específica, com vistas a alcançar algum resultado prático. Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de observação sistemática que, segundo Gil (2010), ocorre quando o pesquisador, ao conhecer os aspectos da organização ou grupo analisado, elabora um plano de observação para orientar a coleta, a análise e interpretação dos dados, facilitando, assim, alcançar os objetivos pretendidos.

Os dados coletados foram abordados sob a ótica quali-quantitativa e apresentados em tabelas, gráficos, porcentagens e estudos probabilísticos para apresentação dos resultados (MARQUES; MANFROI; CASTILHO, 2006). Todos os entrevistados foram informados do sigilo dos dados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo A) protocolo no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) nº 85966818.6. 0000.5515.

Como o público é muito amplo e diverso, cerca de 18 mil alunos, percebeu-se a necessidade de trabalhar com dois perfis de alunos: o primeiro, o aluno ingressante de todos os cursos; e, o segundo, tendo como base uma análise mais aprofundada junto aos estudantes dos cursos de graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura) e Engenharia Ambiental (Bacharelado). Para tanto, foram utilizados dois tipos de questionários contendo questões fechadas. A pesquisa ocorreu no segundo semestre de 2018, período em que foi feita a coleta dos dados dos alunos em duas etapas:

- A pesquisa com ingressantes: realizada no período de 20 de agosto a 8 de setembro de 2018 pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unoeste, totalizando 39 questões, das quais duas tinham o objetivo de verificar a percepção quanto aos problemas ambientais (Apêndice A). Responderam ao questionário 493 alunos, correspondendo a 82% dos 599 ingressantes. Outras respostas também foram utilizadas nesta pesquisa, pois compreendem o perfil, como idade, sexo, além de seus principais canais de comunicação. No contexto geral, o levantamento visa conhecer as origens do aluno, seu padrão de comportamento, suas expectativas e seu processo adaptativo ao curso.
- Na pesquisa com os alunos de Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura) e de Engenharia Ambiental (Bacharelado) foi aplicado um questionário, com o objetivo de se obter respostas quantitativas e qualitativas sobre a temática ambiental. O questionário contou com 25 perguntas (Apêndice B). Num universo de 474 alunos matriculados nos cursos de Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura) e Engenharia Ambiental (Bacharelado), teve-se 197 respondentes, representando 41% do total. Trabalhando com um nível de confiança de 95%, a margem de erro ficou na casa de 5,3%, o que torna o resultado bastante confiável.

Na sequência, foram analisados os dados estatísticos da segunda etapa do processo, realizado por meio de ferramenta do Google Documentos, que permite a geração de dados estatísticos das respostas dos universitários participantes, alunos matriculados nos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental.

Diante do exposto, na sequência encontram-se os resultados e a discussão da pesquisa, sendo relevante ainda informações sobre o objeto do estudo: a Universidade do Oeste Paulista (Unoeste).

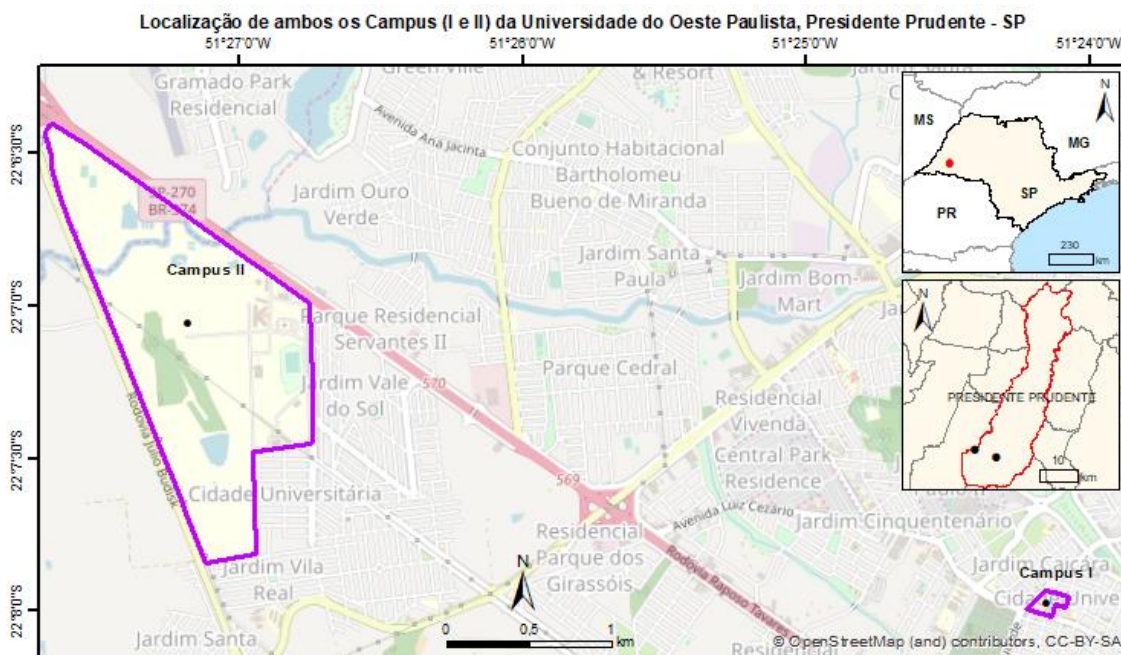
5.2 Objeto de estudo: a Unoeste

Presidente Prudente é considerada uma cidade média do interior do estado de São Paulo, localizada no seu extremo oeste. Ocupa uma área de 562,108 km², dos quais 16,56 km² são de perímetro urbano. De acordo com o Censo Demográfico

de 2018, apresenta as seguintes características: população de 227.072 habitantes; esgotamento sanitário adequado em 2010, com cerca de 98,1%; índice de alfabetização em 2010 de 97,08%; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2016 de 0,806; Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em 2016 de R\$ 33.101; 36º município mais populoso do Estado e o primeiro mais populoso na região do oeste paulista, tendo como uma das principais atividades econômicas da região a agropecuária (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

A Unoeste tem dois *campi* na cidade, que pertence à 10ª Região Administrativa (RA) do estado de São Paulo, distante 558 quilômetros da capital. Na Figura 1 é possível conferir a localização das suas unidades, fazendo referência à proximidade de alguns municípios e seus distritos, servindo como polo regional em ensino superior.

Figura 1 - Imagem dos campi I e II da Unoeste, em Presidente Prudente - SP



Fonte: Autora, (2019.)

Nota: elaborado por Lucas Prado Osco

Segundo dados obtidos no site da Unoeste (UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA, 2018), em outubro de 1972, o Sr. Agripino de Oliveira Lima Filho e a Sra. Ana Cardoso Maia de Oliveira Lima inauguraram a instalação dos cursos de Letras, Pedagogia e Estudos Sociais da Faculdade de Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente (FACLEPP), tendo como mantenedora a Associação Prudentina de Educação e Cultura (APEC). Foi credenciada como Universidade, pela Portaria Ministerial nº 83, de 12 de fevereiro de 1987. Investimentos foram feitos em todas as áreas do conhecimento como Biológicas, Exatas e da Terra, Sociais Aplicadas, Agrárias, Humanas, Engenharias, Saúde, Linguísticas, Letras e Artes, e em pesquisa da pós-graduação com cursos *lato e stricto sensu* (UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA, 2018). Desenvolve suas atividades acadêmicas numa área de mais de 3.278.685 m², incluindo os *campi* I, II e a Fazenda Experimental, localizada na região, no município de Presidente Bernardes. São centenas de instalações entre salas de aula, auditórios, clínicas, laboratórios, Hospital Veterinário e outros, correspondendo a uma área construída de 326.148,57 m². Com aproximadamente 18 mil alunos e 2 mil funcionários, a universidade tem mais de 700 professores. Em 2018 e 2019, ampliou sua atuação no estado de São Paulo, com respectivamente, a inauguração de *campi* nas cidades de Jaú e Guarujá.

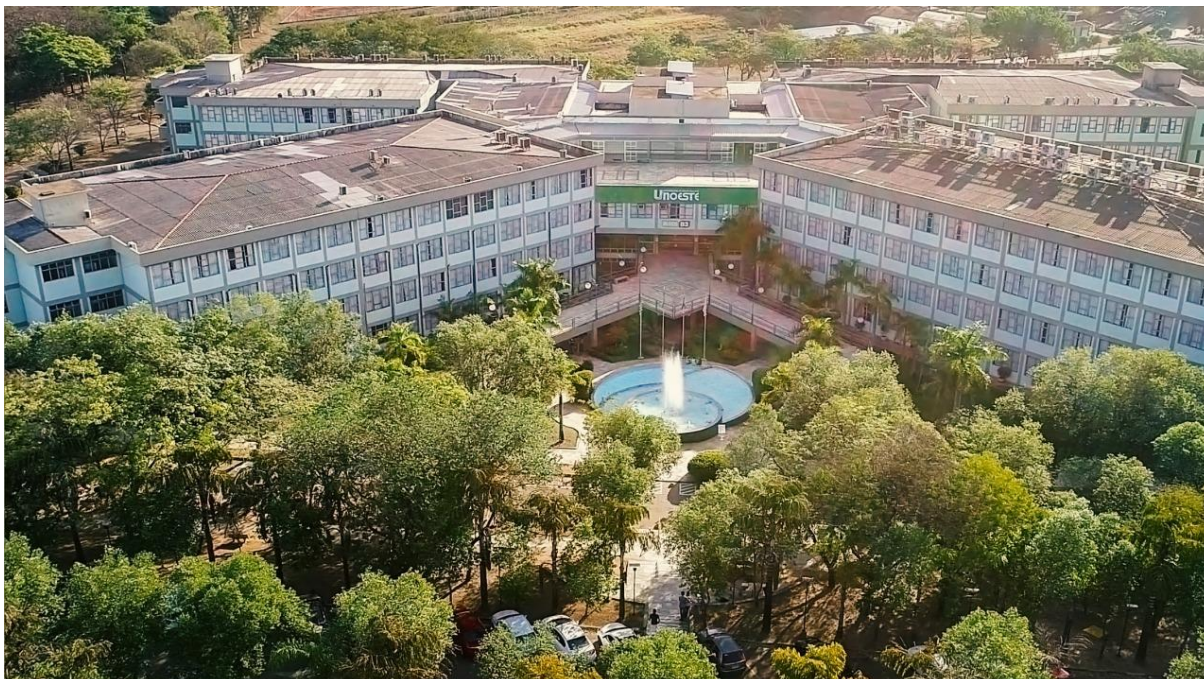
Em Presidente Prudente são 46 anos de história e a universidade tem contribuído para o desenvolvimento regional, com iniciativas de ensino, pesquisa e extensão junto à comunidade. São benefícios na educação, economia, saúde, cultura, e em demais áreas; com a geração de conhecimento, emprego, renda e na promoção do desenvolvimento científico, humanístico e tecnológico. Por ser um ambiente que abriga um público até maior que muitos municípios da região do Pontal do Paranapanema, o ambiente foi adequado para realização da pesquisa (UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA, 2017).

É considerada a maior instituição de ensino superior da região (BRASIL, 2018), em razão do número de cursos ofertados, totalizando 70 cursos de graduação presenciais e a distância (bacharelado, licenciaturas e graduação tecnológica) nas diferentes áreas do conhecimento; Cursos de Extensão (presenciais); Pós-graduação: com cerca de 140 cursos de especialização em nível *lato sensu* (presenciais e a distância); seis Cursos de Mestrado e três de Doutorado em nível *stricto sensu* (UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA, 2018).

É uma universidade presente no estado de São Paulo, mas, também conta com polos de apoio presencial em todo o Brasil, por meio de sua Educação a Distância (EaD). Os dados do site da Unoeste (2018) informam que a Universidade possui conceito 4 (BRASIL, 2018), conforme o último indicador de qualidade do ensino superior.

O *campus* II, localizado em Presidente Prudente, é o mais extenso do seu complexo, ocupando uma área de mais de 2 milhões de m²; às margens da rodovia Raposo Tavares, no km 572, e abriga cursos de graduação e pós-graduação presencial, Núcleo de Educação a Distância, Centro Agrônomo e Zootécnico, Hospital Veterinário, clínica-escola e laboratórios. O Bloco B3 (Figura 2) é local de intenso fluxo de universitários (UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA, 2017).

Figura 2 - *Campus II da Unoeste em Presidente Prudente: o maior em extensão do seu complexo*



Fonte: Universidade do Oeste Paulista (2018a).

A preocupação da Instituição de Ensino Superior com a temática ambiental e o seu comprometimento em ofertar cursos na área vai ao encontro de sua Missão institucional, ao prever que:

Desenvolver a educação num ambiente inovador e crítico-reflexivo, pelo exercício das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão nas diversas áreas do conhecimento científico, humanístico e tecnológico, contribuindo para a formação de profissionais cidadãos comprometidos com a responsabilidade social e ambiental. (UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA, 2018, p. 20, grifos do autor).

Em meados do ano de 2000, foi estruturado a Central de Resíduos Biológicos, para realizar o gerenciamento tanto dos resíduos de saúde gerados no Hospital Universitário e Hospital Veterinário quanto dos gerados nas inúmeras atividades acadêmicas dos cursos da Universidade (UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA, 2017).

Em 2 de outubro de 2003, foi implantada uma comissão para efetivar a implantação do Programa de Gerenciamento de Resíduos, homologado em 10 em de janeiro de 2006. A Unoeste tem no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) um importante instrumento de gestão que considera a identidade da Instituição quanto à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes

pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver (UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA, 2019a).

Implantou, portanto, seu Plano de Logística Sustentável (PLS),

[...] que consiste em uma ferramenta administrativa de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas com metas, objetivos, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, visando minimizar e controlar os impactos ambientais através de práticas de sustentabilidade. (UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA, 2016, p. 3).

Entre os exemplos recentes de políticas de sustentabilidade adotadas está a implantação do entreposto de recicláveis e o início de um projeto piloto para efetivar a coleta seletiva no maior *campus* da Unoeste. Em março de 2019, a universidade também inaugurou a maior usina solar fotovoltaica do estado de São Paulo no modelo de geração distribuída autoconsumo (até 5 MW), segundo a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do governo paulista, é uma das maiores usinas do Brasil. O investimento foi de mais de R\$ 12 milhões para tornar o *campus* II autossustentável (USINA..., 2019) (Figura 3).

Figura 3 - Usina Solar Fotovoltaica inaugurada no *campus* II da Unoeste, em março de 2019



Fonte: Universidade do Oeste Paulista (2019c).

A universidade é um ambiente pluricultural, por reunir em um mesmo espaço diferentes públicos – estudantes ou funcionários –, desde os mais jovens com 18 anos, até quem já alcançou seus 60 anos ou mais. Segundo a Unoeste (2017), já se

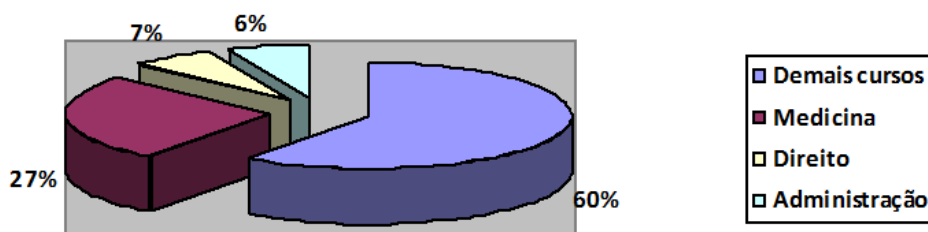
formaram mais de 90 mil profissionais para o mercado de trabalho, em mais de quatro décadas de história no ensino superior.

Nas próximas etapas são expostos os dados e análises das pesquisas, sendo a primeira delas com os ingressantes do segundo semestre de 2018.

5.3 Perfil do Ingressante

Participaram da pesquisa ingressantes de 39 cursos de graduação presenciais. Do total de participantes (493), a maioria foi de estudantes do curso de Medicina, com 131 respondentes (quase 27%); seguido dos cursos de Direito (35 respondentes, 7%) e Administração (31 respondentes, 6%) – representatividade pode ser conferida no Gráfico 1. Do total de ingressantes de todos os cursos, 298 (60%) são do sexo feminino. Somando homens e mulheres, 297 têm idade entre 17 e 19 anos (55%).

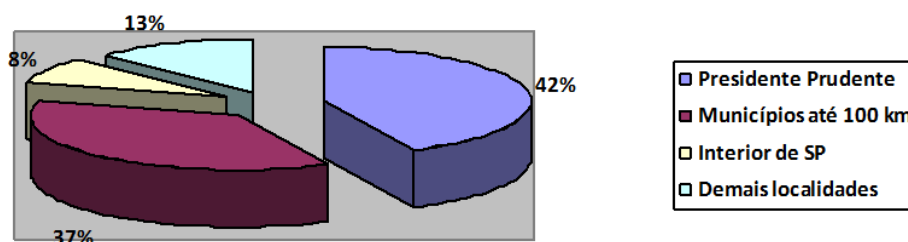
Gráfico 1 -Ingressantes por cursos com destaque para os três cursos com maior número de respondentes



Fonte: Autora (2019).

Nota: Baseado em dados fornecidos pela Universidade do Oeste Paulista

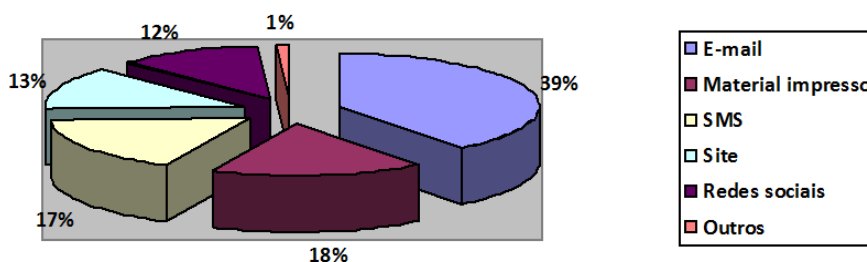
A maioria das famílias dos ingressantes é residente na cidade de Presidente Prudente, totalizando 211 (cerca de 42%), outros 181 moram em municípios vizinhos (até 100km, sem a especificação da cidade) e uma parte no interior do estado de São Paulo (além de 100km (8%). De outros estados brasileiros, os destaques são Paraná (4%) e Mato Grosso do Sul (quase 3%).

Gráfico 2 – Locais onde reside a família dos ingressantes

Fonte: Autora (2019).

Nota: Baseado em dados fornecidos pela Universidade do Oeste Paulista

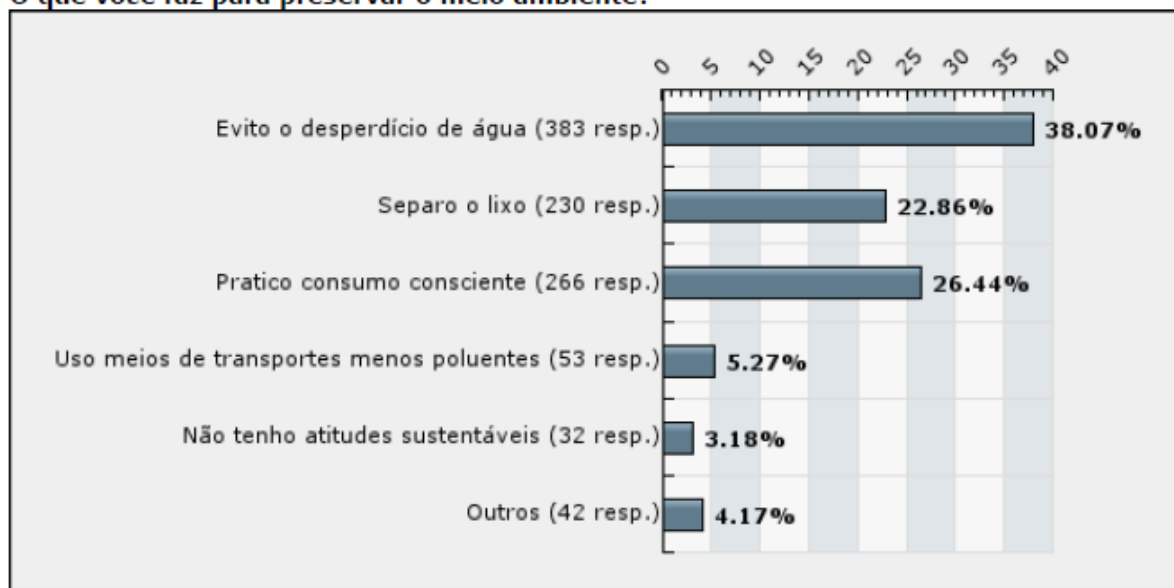
Quando perguntados sobre como preferem receber informações da Unoeste, 399 (39%) responderam que preferem por e-mail e também no formato de textos curtos e objetivos. As duas outras opções mais respondidas foram por material impresso ou *Short Message Service* (SMS), correspondendo, respectivamente a 17% cada. Site (13%) e Redes sociais (11%) completam as preferências (Gráfico 3).

Gráfico 3 -Meios de comunicação que preferem receber informações da Unoeste

Fonte: Autora (2019).

Nota: Baseado em dados fornecidos pela Universidade do Oeste Paulista

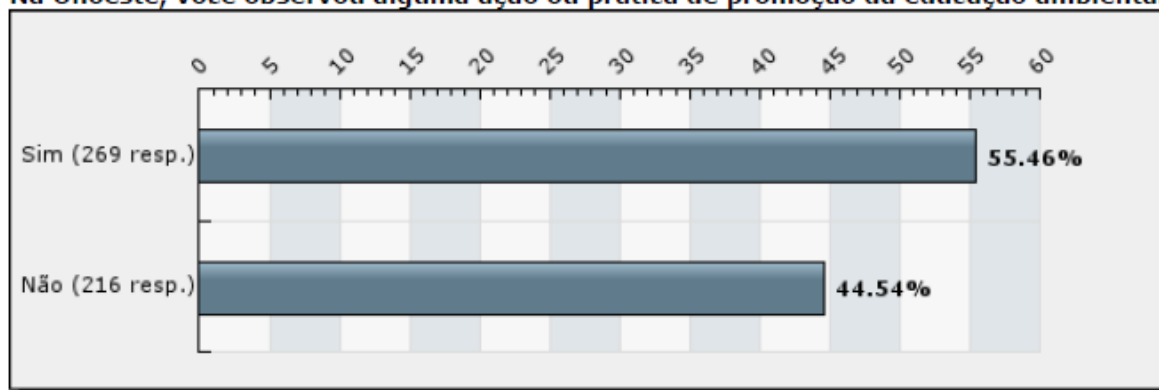
Quanto às perguntas específicas relacionadas às questões ambientais, foi perguntado: “O que você faz para preservar o meio ambiente?”. Um total de 383 ingressantes disseram que evitam o desperdício de água; 266 afirmaram que praticam consumo consciente; e 230 disseram que separam o lixo. As outras respostas mais indicadas foram: uso meio de transportes menos poluentes, apontada por 53 alunos; e 32 disseram não ter atitudes sustentáveis (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Pergunta 1 sobre percepção ambiental no Perfil do Ingressante 2018**O que você faz para preservar o meio ambiente?**

Fonte: Autora (2019).

Nota: Baseado em dados fornecidos pela Universidade do Oeste Paulista

Quando perguntados se na Unoeste eles observaram alguma ação ou prática da educação ambiental, as respostas ficaram bem divididas entre SIM (269) e NÃO (216) (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Pergunta 2 sobre percepção ambiental no Perfil do Ingressante 2018**Na Unoeste, você observou alguma ação ou prática de promoção da educação ambiental?**

Fonte: Autora (2019).

Nota: Baseado em dados fornecidos pela Universidade do Oeste Paulista

A continuidade do incentivo às práticas sustentáveis bem como o fortalecimento da divulgação, por meio de seus canais de comunicação, podem

colaborar para uma primeira impressão eficiente de muitos alunos ingressantes, já que a pesquisa revelou que 216 deles (44%) não conseguiram perceber ações de educação ambiental na universidade. Fato que faz lembrar a relação de Bauman (2001) ao destacar a superficialidade das gerações mais jovens ao lidar com algumas questões que impactam as relações com as pessoas e o meio em que estão inseridos.

Outro ponto revelado pelo Perfil do Ingressante, com base nas informações do 2º semestre de 2018, é que os 6 respondentes entre os ingressantes de Ciências Biológicas (Bacharelado), ou seja 100%, perceberam alguma ação ou prática da educação ambiental realizada pela instituição. No entanto, é necessário que a instituição promova a conscientização ambiental na formação de todos os profissionais, independentemente de maior pré-disposição ou não às questões ambientais, já que esse curso possui disciplinas relacionadas ao assunto na sua matriz curricular.

Portanto, temas devem ser discutidos e estudados, não só por estudantes da área ambiental, mas por todos os demais cursos de graduação. Como afirmam Trajber e Mendonça (2007), a questão ambiental encontra-se dentro de um contexto bastante complexo; por sua natureza interdisciplinar e interinstitucional, essa questão demanda uma postura integrativa de diferentes áreas do conhecimento.

No caso da Unoeste, o curso de Ciências Biológicas é ministrado no *campus* II, em uma área de grande contato em relação à natureza, o que também pode ser um potencializador dessa percepção por parte dos universitários da referida área. Essa relação entre o homem e o seu entorno já foi objeto de diversos estudos, inclusive para Tuan (1980) destaca essa relação do ambiente físico na questão da percepção dos valores que movem a humanidade.

Em contrapartida, a graduação em Medicina, por exemplo, teve a participação de 131 ingressantes, e o percentual que não conhece ações ou práticas de educação ambiental pela universidade chega a quase 60%. O artigo sobre “A interface saúde e meio ambiente na formação profissional em saúde” (CAMPONAGARA *et al.*, 2012), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), destaca a relevância de uma efetiva participação dos profissionais da saúde para um meio ambiente mais equilibrado:

A Organização Mundial da Saúde considera a mudança global do clima um desafio para a proteção da saúde humana, destacando que, a consideração dos riscos climático-ambientais deve desempenhar um papel central no debate da transição para a sustentabilidade. Isto exige a implementação de estratégias de adaptação direcionadas à proteção da saúde pública,

incluindo, além de recursos financeiros, tecnológicos e de infraestrutura, atividades direcionadas à educação e à conscientização da população. Contudo, apesar dessa flagrante preocupação, parece haver ainda, certo distanciamento entre o campo da saúde e a efetiva relação com práticas de proteção ambiental ou de minimização de seus efeitos. Estudos demonstram que essa temática ainda não é alvo de preocupação ao se analisar as produções científicas na área da saúde. (CAMPONAGARA *et al.*, 2012, p. 903).

No caso, a Unoeste possui uma pluralidade na formação profissional, ou seja, seus estudantes se formam semestralmente nas mais diferentes áreas do conhecimento como: Ciências Agrárias, Ciências da Saúde, Linguística-Letras-Artes, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias e Ciências Humanas. Diante de um universo tão amplo, se fez necessário um conhecimento mais específico sobre a percepção ambiental, partindo de dois cursos que trazem, na sua matriz curricular, maior relação com o meio ambiente, que são as graduações em Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental.

5.4 Pesquisa com alunos dos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental

No caso de Ciências Biológicas, o primeiro a ser implantando foi o curso de licenciatura, em 1975, e bem mais tarde, em 2006, o de bacharelado. A graduação em Engenharia Ambiental também é mais recente e foi criada no início dos anos 2000. São cursos que trazem em sua matriz curricular disciplinas voltadas às questões ambientais (UNOESTE, 2018).

Os dados apresentados na pesquisa envolvendo os dois cursos compreenderam:

- 197 respondentes;
- 66% do sexo feminino;
- 33% do sexo masculino
- 51% têm entre 21 e 30 anos de idade.

Quando perguntado se eles pensavam em reutilizar algo que jogam no lixo, 82 (41%) afirmaram que só fazem isso algumas vezes, ou seja, não é um hábito frequente. Com relação à coleta seletiva, 150 (cerca de 76%) entrevistados se

declararam adeptos. Cabe salientar que a universidade iniciou um trabalho piloto de coleta seletiva, desde novembro de 2018, no Bloco B1, *campus* II, contudo, já enfrenta os primeiros desafios. O que tem se observado, conforme informações da equipe do Plano de Logística Ambiental Sustentável (2019), é que os alunos têm dificuldades em colocar os resíduos nos coletores indicados como recicláveis, mesmo com placas indicando a forma correta de destino (Figura 4).

Figura 4 - Lixeiras no bloco B1, *campus* II: campanha de reciclagem



Fonte: Universidade do Oeste Paulista (2019d).

Quanto às atitudes sustentáveis – como separar o lixo (60%); apagar as luzes ao sair da sala (95%); desligar a torneira ao escovar os dentes (91%); utilizar os dois lados do papel (72%); ou evitar imprimir (75%) –, os alunos dos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental assumiram que realizam essas ações com maior frequência em suas rotinas diárias.

Com o objetivo de promover o melhor armazenamento temporário dos resíduos, até a destinação correta, a universidade implantou, no fim de 2018, o seu entreposto para aprimoramento da coleta seletiva (Figura 5). Este espaço, segundo a Unoeste (2019a), está localizado no *campus* II da universidade e a destinação dos resíduos é feita para a Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente (COOPERLIX).

Figura 5 -Entrepasto de coleta seletiva da Unoeste, que fica no *campus II*



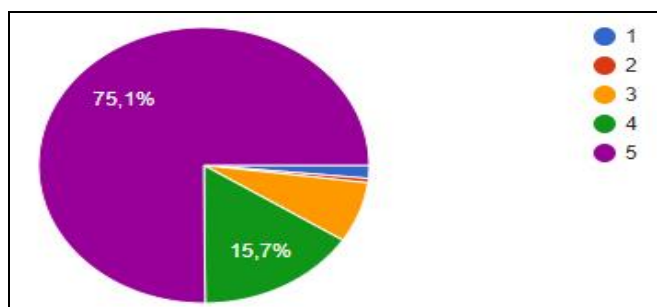
Fonte: Universidade do Oeste Paulista (2019e).

Com relação à principal fonte de informações sobre as questões ambientais, a Internet aparece como o grande meio para informar esse público, já que 113 (57%) disseram que é o recurso que mais utilizam para procurar informações. Mas, vale ressaltar que a universidade foi indicada como fonte de informação para 47 dos respondentes, com quase 24% de representatividade. É possível que esse canal de comunicação seja estrategicamente fundamental para disseminar eventos, propostas, ações e demais atividades.

Quando perguntados se acreditam ser importante o desenvolvimento de ações sustentáveis no ambiente universitário ou realizadas pela universidade, 195, (99%) consideraram que SIM; 126 (64%) disseram conhecer alguma ação de sustentabilidade realizada pela universidade. Os estudantes, no entanto, gostariam de participar mais dessas iniciativas institucionais, 175 (88%) responderam que SIM. Além disso, 188 (95%) gostariam de colaborar mais em relação à sustentabilidade do ambiente universitário.

Dos estudantes de Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental, 148 (75%) dão muita importância a um local para estudar ou trabalhar que tenha preocupação ambiental (Gráfico 6). As respostas de 1 a 5 indicam que 1 acham pouco importante e 5 acham muito importante.

Gráfico 6 - Importância da preocupação com o meio ambiente no local onde estuda



Fonte: Autora (2018).

Legenda: 1 pouco importante e 5 muito importante

Com relação à infraestrutura da universidade para questões de rotina do ambiente acadêmico, foi questionado se os alunos encontram lixeiras para o descarte correto dos produtos que consomem no *campus*: 121 (61%) responderam SIM, 71 (36%) nem sempre e 5 (2%) NÃO. A mesma pergunta foi feita mais relacionada à sala de aula e obteve-se o mesmo panorama da questão anterior. Quando consomem nos quiosques, 194 (98%) deles disseram que jogam o lixo na lixeira.

Sobre ter atitudes sustentáveis dentro dos *campi*, 71 (36%) dos estudantes pesquisados disseram que SIM, 65 (33%) responderam que NÃO e 61 (31%) indicaram às vezes. Na sala de aula, eles já são mais conscientes, 143 (72%) apagam as luzes e/ou desligam o ar-condicionado ao sair, 32 (16%) nem sempre e 22 (11%) NÃO. Verificou-se, ainda, que 108 (quase 55%) deles utilizam garrafa própria para o consumo de água dentro do *campus* – vale ressaltar que a universidade disponibiliza bebedouros em todos os blocos –, 59 (29%) nem sempre usam garrafa própria e 30 (15%) NÃO usam.

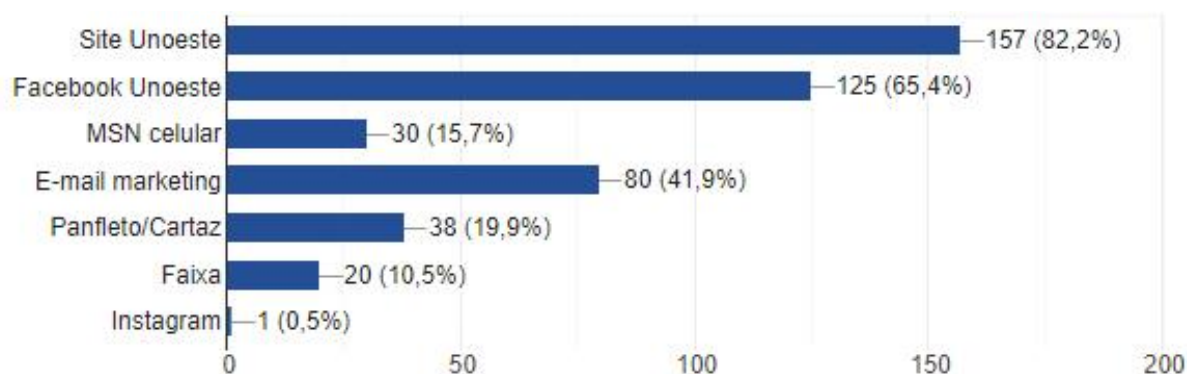
Entre as ações que gostariam de ver implantadas no *campus*, os respondentes poderiam indicar mais de uma opção e as respostas foram:

- 149 (75,6%) - produção de energia solar;
- 144 (73,1%) - ações fora dos *campi* voltadas à comunidade;
- 131 (66,5%) - fomentar práticas sustentáveis e dar visibilidade às iniciativas de melhoria da qualidade de vida;
- 119 (60,4%) - coleta seletiva;

- 98 (49,7%) - diminuir o consumo de energia elétrica nos *campi*;
- 89 (45,2%) - racionalizar o uso de material de consumo;
- 76 (38,6%) - aumentar a eficiência do sistema de transporte de pessoas e materiais;
- 70 (35,5%) - inserir variáveis ambientais nos processos de compra e contratações.

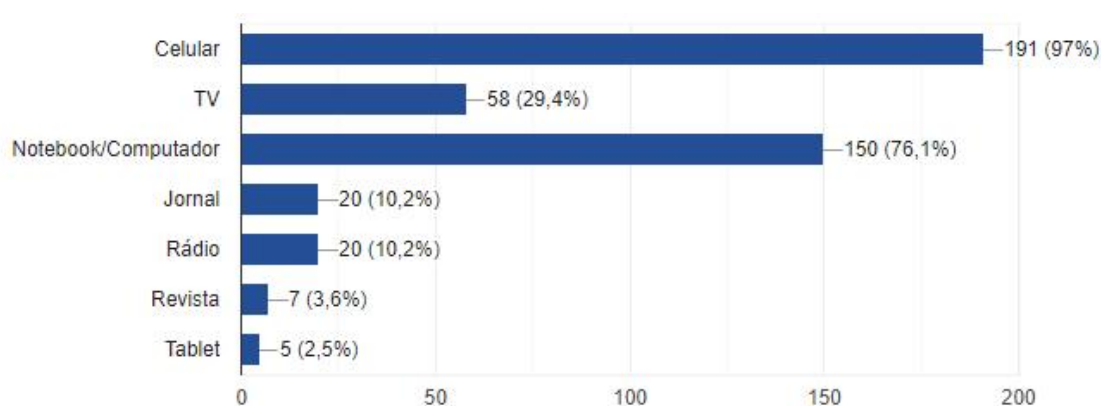
Analisando ainda a questão da informação como grande aliada na conscientização e também na disseminação e divulgação das práticas sustentáveis realizadas pela instituição, 191 estudantes dos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental afirmaram que gostariam de saber quais ações são realizadas, num percentual de 97%. E os canais pelos quais gostariam de ser informados são: o site institucional, o Facebook (rede social) e por mensagens de e-mail. São respostas que comprovam a Internet como o ambiente ideal e de maior usabilidade da geração do público universitário (Gráfico 7).

Gráfico 7 -Canais por meio dos quais gostariam de receber informações sobre as práticas sustentáveis da universidade



Fonte: Autora (2018).

No tocante aos meios de comunicação que mais utilizam no dia a dia, os participantes manifestaram preferência pelo celular (97%), seguido do notebook/computador (76%) e da TV (quase 30%), estando os três no topo da lista dos universitários (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Meio de comunicação que mais utiliza no seu dia a dia

Fonte: Autora (2018).

Para o público pesquisado, a universidade possui boa visibilidade quanto ao aspecto da sustentabilidade, visto que 166 (84%) responderam SIM e 31 (15%) responderam NÃO. Perguntados se sabiam se a responsabilidade ambiental estava inserida na missão (visão e valores) da IES, as respostas ficaram mais divididas: 108 (54%) indicaram que SIM e 89 (45%) NÃO. Embora sua missão esteja disponível em seu site e afixada nas entradas dos principais blocos de seus *campi*, essa informação pode auxiliar a instituição a reforçá-la perante sua comunidade interna.

Com os resultados levantados é possível discutir e fazer as considerações, que são trabalhadas no próximo item.

5.5 Discussão e considerações dos resultados da pesquisa

Partindo, primeiramente, para uma análise dos ingressantes, com base nos resultados apresentados, é possível afirmar que a IES precisa ampliar o contato deles com conteúdos de práticas de educação e de sustentabilidade. Para Bolzan (2012), uma organização sustentável busca incorporar os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social em suas políticas, e dirige seus esforços com o intuito de corrigir desperdícios, melhorar produtos e aprimorar processos, pensando na própria empresa e na sociedade como um todo.

Conforme Donaire (1999, p. 292), as empresas devem adotar a postura da responsabilidade socioambiental, pois podem melhorar sua imagem institucional e “resultar em mais consumidores, mais vendas, melhores empregados, melhores fornecedores, mais fácil acesso ao mercado de capitais entre outras coisas”.

Foi verificado que a universidade tem procurado, por meio de práticas de gestão e educação ambiental, promover iniciativas no campo do ensino, da pesquisa e da extensão voltadas às questões ambientais. A instituição desenvolve o Plano de Logística Ambiental Sustentável a fim de promover ações que possibilitem a implantação de um novo modelo de cultura institucional, com a inserção de critérios de sustentabilidade e economicidade, desenvolver métodos que adotem os 4R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Reeducar) no âmbito dos *campi* da universidade (UNOESTE, 2016).

No universo dos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental, 99% dos entrevistados acreditam ser importante o desenvolvimento de ações sustentáveis dentro do ambiente universitário ou realizadas pela universidade. Isso demonstra a necessidade que as instituições de ensino superior têm em colocar em sua pauta de trabalho, sobretudo no ponto de vista de gestão organizacional, a sua relação com o meio ambiente.

De acordo com Bánkuti e Bánkuti (2014), uma adequada gestão ambiental é relevante no cenário competitivo empresarial. A gestão do meio ambiente pelas empresas brasileiras, segundo Donaire (1999, p. 32), “caracteriza-se pela desarticulação dos diferentes organismos envolvidos, pela falta de coordenação, pela escassez de recursos financeiros e humanos para gerenciamento das questões relativas ao meio ambiente”. A falta de uma política ambiental também é resultado do contexto histórico do desenvolvimento econômico brasileiro, caracterizado por ciclos econômicos que enfatizavam a exploração de determinados recursos naturais. “As estratégias de desenvolvimento adotadas desde os anos 50 também assumem essas mesmas características, ao privilegiar o crescimento econômico de curto prazo, mediante a modernização maciça e acelerada dos meios de produção” (DONAIRE, 1999, p. 32).

Ser sustentável não envolve apenas iniciativas isoladas, mas é importante que esteja no DNA da empresa, especialmente das instituições de ensino, que têm o compromisso de formar profissionais, como médicos, fisioterapeutas, engenheiros agrônomos, biólogos, jornalistas, enfim, cidadãos que podem, ao exercer suas profissões, conscientizar e também promover práticas sustentáveis por meio do seu trabalho diário.

Para Jacobi (2003), a educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza os diversos tipos de conhecimento e

forma cidadãos com consciência local e planetária. Ela deve envolver a produção de conhecimento que contemple as inter-relações do meio natural com o social, formando cidadãos ativos. A educação ambiental deve ser abordada de modo que os educandos compreendam que a questão ambiental envolve interações entre fatores políticos, econômicos, ecológicos e socioculturais (ALBUQUERQUE, 2004). A participação coletiva dos indivíduos na busca de soluções para os diversos problemas ambientais com os quais ele se depara é uma grande oportunidade para o desenvolvimento de atitudes relativas à participação política e ao processo de construção da cidadania (SANTOS, 2008).

Levando-se em consideração que 64% dos entrevistados afirmaram conhecer ações sustentáveis praticadas pela Unoeste, pode-se dizer que a instituição tem trabalhado no aspecto de informar seu público sobre as suas práticas relacionadas à educação ambiental e ao meio ambiente.

Na conjuntura atual da Educação Superior, em que a tendência é de privilegiar a universidade empreendedora em relação à universidade cívica (LIMA, 2014; CULUM, 2014), a gestão orçamentária e a definição de prioridades de atuação da universidade que transcendam o tripé ensino-pesquisa-extensão surgem como fatores determinantes para a implantação da Universidade Sustentável (US) (BIZERRIL *et al.*, 2015).

Os autores sugerem ações estratégicas para as universidades que buscam a transição para a sustentabilidade, tais como: promover ampla discussão para a adoção de uma perspectiva holística de US e pautada na coerência de suas ações cotidianas; buscar a institucionalização do tema por meio de documentos oficiais da universidade, levando em conta a diversidade interna e as especificidades; valorizar a gestão democrática e participativa como forma de possibilitar o envolvimento, a continuidade das ações a longo prazo e o processo reflexivo e formativo das pessoas para além do espaço universitário; criar canais formais de integração com a sociedade localmente, incluindo suas diversas representações, como forma de ampliar o potencial de ação da universidade local e regionalmente, e fortalecê-la como modelo gerador de mudanças em direção às sociedades sustentáveis (BIZERRIL *et al.*, 2015).

A pesquisa também ajudou a entender que os alunos dos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental têm grande interesse em participar mais

das ações sustentáveis desenvolvidas pela universidade. Esse percentual chega a quase 90%.

Silva (2010) trata o protagonismo como o processo de superar as adversidades, resistir às pressões, modificar sua realidade e adaptar-se às exigências do mundo atual. No contexto do meio ambiente, o protagonismo socioambiental surgiu a partir dos anos 80, como consequência de movimentos sociais interessados em preservar o meio ambiente (ZIGLIO, 2012). Esses grupos direcionam o esforço coletivo em ações cívicas intencionais e deliberadas para mudar causas sistêmicas de problemas ambientais e promover um ambiente sustentável (ALISAT; RIEMER, 2015). No contexto juvenil, os jovens que participam de grupos socioambientais estão engajados na luta por um meio ambiente saudável para a sociedade e, por meio de atividades de Educação Ambiental, buscam sensibilizar as pessoas para preservar o meio ambiente. Pesquisas indicam que os jovens envolvidos nesses grupos desenvolvem a compreensão acerca de meio ambiente de maneira crítica e organizada politicamente (ALBUQUERQUE, 2004).

Nessa acepção, Souza *et al.* (2010) definem que o protagonismo juvenil socioambiental se caracteriza a partir de ações que têm acontecido em âmbitos diferenciados, enfatizando a importância dos jovens por meio de atividades que afirmem o engajamento e a mobilização social. Sendo, portanto, importante para a universidade desenvolver esse protagonismo que se mostra aparente nesse grupo pesquisado.

Saber se as condições ofertadas pela instituição para que as práticas de sustentabilidade sejam de fato aplicadas também é fundamental. Na questão de infraestrutura, o número de lixeiras pode suscitar a importância de um novo olhar sobre a sustentabilidade na universidade. Nesse aspecto, 61% disseram encontrar lixeiras suficientes para o descarte correto dos produtos que consomem nos *campi*, mas 36% relataram que nem sempre isso acontece. O percentual é relativamente o mesmo quando perguntado de forma específica se eles encontram as lixeiras em salas de aula ou corredores dos prédios.

Mucelin e Bellini (2006, p. 114) enfatizam que, no contexto urbano, as condições apresentadas pelo ambiente “[...] são influenciadas, entre outros fatores, pela percepção de seus moradores, que estimulam e engendram a imagem ambiental determinando a formação das crenças e hábitos conforme o uso”.

Em locais de convivência ou em praças de alimentação dos *campi*, onde o fluxo de pessoas é maior e mais concentrado, existe uma preocupação ainda maior com o descarte de alimentos e demais objetos, que propriamente poderiam ser reciclados. E um alto percentual, 98% dos respondentes afirmaram que SIM, jogam os lixos nas lixeiras quando consomem nesses ambientes.

Como apontado pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2010), para que haja maior desempenho na implantação de programas municipais de coleta seletiva, é fundamental mobilizar e orientar a população, incluindo o uso de meios de comunicação, para que os resultados do programa sejam coerentes com o que foi previsto.

Quando enfatizados os tipos específicos de ações que esses estudantes gostariam de ver implantadas pela universidade, as três alternativas mais apontadas foram: 1) produção de energia solar; 2) ações fora dos *campi* (que envolvem a comunidade externa) e fomentar práticas sustentáveis; e 3) dar visibilidade às iniciativas de melhoria da qualidade de vida. Essa terceira resposta, mais frequente entre os estudantes, mostra um aspecto interessante, partindo da relação com o fator comunicação, pois não importa apenas fazer, se a informação não chega ou se não é bem direcionada ao público de interesse.

No entanto, como já mencionado, informar não é um aspecto que envolve apenas a comunicação, é preciso ir mais além, implantar ou buscar atingir o que se chama de cultura institucional: os funcionários precisam estar bem embasados; os estudantes precisam visualizar nos canais de comunicação e comprovar isto no dia a dia; a universidade precisa reforçar o seu compromisso com a população local e regional, também com um olhar voltado às questões ambientais.

No caso da universidade objeto deste estudo, percebe-se que o seu público está presente na Internet com mais ênfase, que tem o aparelho celular como seu grande “companheiro” no dia a dia, que gostaria de participar com mais efetividade das ações e práticas sustentáveis e de receber e ver informações nos canais de comunicação da instituição. São informações importantes, do ponto de vista da tomada de decisões estratégicas, tanto na questão de incentivar práticas de educação ambiental entre os universitários, quanto de utilizar a comunicação como aliada na difusão das ações, na conscientização e diretamente nos aspectos que colaboram para uma melhor imagem institucional perante a sociedade.

Quando se fala em meio ambiente, trata-se de algo que precisa ser praticado, avaliado e informado de forma contínua. É mais ou menos como desligar a torneira ao escovar os dentes: não é só fazer hoje, é tornar isso parte de sua rotina a cada dia. Missão nada fácil para as organizações, mas, quanto ao futuro do planeta, tornar as práticas de gestão e de comunicação é mais do que necessário para o planeta hoje.

Os entrevistados são jovens, em sua maioria mulheres, com características de práticas sustentáveis em seu dia a dia – seja em casa seja na universidade –, tais como: ser adepto da reciclagem ou apagar as luzes. Um público que se informa pela Internet e que acredita ser importante o desenvolvimento de ações ambientalmente corretas pela universidade, além de ter conhecimento sobre elas, mas que gostaria de participar mais. Tapscott (2010) ressalta que esses jovens apresentam características como capacidade em fazer várias coisas ao mesmo tempo, um desejo constante por novas experiências e novas tecnologias, mantêm-se sempre conectados e atualizados e são questionadores.

Em sua maioria, esse grupo de entrevistados encontra estrutura na instituição para as questões de rotina no *campus* e têm na energia solar um dos pontos fortes entre as iniciativas. Esses acadêmicos gostariam de receber mais informações sobre as práticas sustentáveis da universidade e pelos canais que envolvem a Internet, como e-mail, redes sociais e site, sendo ainda o celular o objeto que mais utilizam no dia a dia.

O presente tópico apresentou a discussão da pesquisa e, no relato exposto, é perceptível que a literatura vigente aponta que a sociedade está em crise na transição da sociedade tradicional para a pós-moderna. Deste modo, a crise ambiental apresenta-se como um sintoma da crise que inquieta a sociedade atual, assim como traz uma proposta que fundamenta a necessidade de um modelo alternativo de desenvolvimento mais sustentável.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa em pauta possibilitou um conhecimento mais aprofundado de uma parte relevante do contexto universitário, entendendo a percepção desses jovens em relação ao meio ambiente e quais são os seus principais meios de informação. São aspectos que contribuem do ponto de vista da gestão organizacional, em busca de tornar suas práticas sustentáveis mais eficazes, além de promover uma reflexão e/ou ampliação das estratégias de comunicação junto ao público acadêmico.

Foi possível conhecer de forma mais aprofundada o comportamento desse público em relação ao meio ambiente; verificar os assuntos de maior interesse deles e como se insere a questão ambiental entre as suas preferências; avaliar os principais anseios e o modo como esses resultados podem contribuir para a gestão organizacional e para as estratégias de comunicação com a comunidade interna.

As mídias digitais aparecem como meios de referência para o diálogo das universidades com o público jovem. São pessoas que estão amplamente conectadas e gostariam de ser informadas sobre as atividades de responsabilidade ambiental no contexto acadêmico. Por diferentes canais, mas principalmente pela Internet é possível tornar essa relação com o público universitário cada vez mais próxima. Um relacionamento que deve ser estreitado ainda nas salas de aula, por meio da educação ambiental.

Aproveitar o engajamento dos universitários frente às questões ambientais também parece ser um aspecto relevante para as IES, já que o envolvimento deles em práticas ambientais está inserido no contexto da extensão, considerada um dos tripés da universidade é frequentemente destacado como ponto relevante na formação profissional pelo órgão regulador do ensino superior – Ministério da Educação (MEC) –, que visa sempre em suas avaliações seriadas analisar a prestação de serviço à comunidade.

A pesquisa avaliou apenas uma parcela da comunidade acadêmica da universidade, sendo importante considerar também outros grupos, que envolvem graduações em todas as áreas do conhecimento, alunos de pós-graduação, além dos funcionários, para que se possa chegar, com maior precisão, ao perfil de percepção ambiental no contexto universitário.

À vista dos resultados encontrados, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unoeste poderia refletir sobre a ampliação do questionário, a fim de se tornar mais completo no tocante à percepção ambiental para os estudantes de outras áreas do conhecimento, que não apenas os pertencentes às Ciências Ambientais, bem como aos alunos de pós-graduação e também junto aos funcionários, como parte de uma estratégia para as ações do Plano de Logística Sustentável (PLS).

A inclusão da sustentabilidade nas pautas de gestão e de comunicação da empresa também parece ser uma estratégia relevante para fortalecer as práticas da universidade junto à sua comunidade interna, bem como efetivamente incluir essa temática no dia a dia dos *campi*. Nessa perspectiva, torna-se fundamental promover maior integração entre a gestão (Reitoria, Pró-reitorias e/ou diretores), as equipes envolvidas com a temática ambiental (como é o caso do PLS) e o Departamento de Comunicação, para o fortalecimento das políticas institucionais voltadas ao meio ambiente na sociedade contemporânea.

Diante do complexo contexto universitário traçar estratégias mais pontuais e direcionadas aos públicos de interesse podem contemplar de maneira mais efetiva os resultados em comunicação, assim como se faz necessário aprofundar dados mais particulares de cada curso, em busca de promover uma compreensão harmônica dos anseios em relação às questões ambientais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, P. **Historical sociology**. Shepton Mallet: Open Books, 1982.
- ALBUQUERQUE, B. P. de. **As relações entre o homem e a natureza e a crise sócio-ambiental**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007.
- ALBUQUERQUE, L. M. B. de. A idéia de natureza na ciência pós-moderna. *In: ENCONTRO DA ANPPAS*, 2., 2004, Indaiatuba, SP. **Anais** [...]. Indaiatuba, SP: ANPPAS, 2004. GT 10, p. 1-15. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/leila_m_b_albuquerque.pdf. Acesso em: 08 nov. 2018.
- ALISAT, S.; RIEMER, M. The environmental action scale: Development and psychometric evaluation. **Journal of Environmental Psychology**, v. 43, p. 13-23, 2015.
- ARAÚJO, A. B. A.; MOURA, D. J. S.; JERÔNIMO, C. E. M. As novas tecnologias de informação, comunicação e a educação ambiental. **Remoa**, Santa Maria, RS, v. 14, n. 3, p. 3278-3288, maio/ago. 2014.
- AZAMBUJA, D. C. de. Solidão e pós-modernidade. **Ide (São Paulo)**, São Paulo, v. 35, n. 54, p. 73-79, jul. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v35n54/v35n54a08.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.
- BAGNALL, N. F. **International schools as agents for change**. New York: Nova Science, 2008.
- BAKER, M. J. **Administração de marketing**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- BÁNKUTI, S. M. S.; BÁNKUTI, F. I. Gestão ambiental e estratégia empresarial: um estudo em uma empresa de cosméticos no Brasil. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 21, n. 1, p. 171-184, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2014000100012. Acesso em: 03 jan. 2017.
- BAUMAN, Z. Between us, the generations. *In: LARROSA, J. (ed.). On generations. On coexistence between generations*. Barcelona: Fundació Viure i Conviure, 2007. p. 365-376.
- BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BIERNAZKI, W. E. Globalização da comunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 19, p. 46-65, set./dez. 2000.

BIZERRIL, M. *et al.* A sustentabilidade socioambiental no ensino superior: um tema integrador para os países de língua portuguesa? **Revista da FORGES**, Lisboa, v. 2, n. 2, p. 99-115, 2015.

BOLZAN, J. F. M. Sustentabilidade nas organizações: uma questão de competitividade. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA CIENTÍFICA: INOVAÇÃO, ÉTICA E SUSTENTABILIDADE, 2., 2012, Marília. **Anais [...]**. Marília: Univem, 2012. p. 126-132. Disponível em: <http://www.univem.edu.br/anaiscpc2012/pdf/Artigos%20-%20Sustentabilidade%20nas%20organizacoes.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BOONE, L. E.; KURTZ, D. L. **Contemporary Marketing**. Mason: Thomson Learning, 2002.

BRANDALISE, L. T. *et al.* A percepção e o comportamento ambiental dos universitários em relação ao grau de educação ambiental. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 16, n. 2, p. 273-285, abr.-jun. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema E-MEC – Instituição de Educação Superior**: Consulta. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Mjcx>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. **Manual para implantação de compostagem e de coleta seletiva no âmbito de consórcios públicos**. Brasília, DF: MMA, 2010. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/_arquivos/3_manual_implantao_compostagem_coleta_seletiva_cp_125.pdf. Acesso em: 12 jan. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 14 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente. *In*: BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 167-242.

BURKE, P. **Historia social del conocimiento**: de Gutenberg a Diderot. Madrid: Paidós, 2002.

BURSZTYN, M. Meio ambiente e interdisciplinaridade: desafios ao mundo acadêmico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v.10, p. 67-76, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/3095/2476>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CAMPOMAR, M. C. El sistema de marketing. **Estrategia: Revista de Economía y Empresa**, Montevideu, v. 4, n. 197, p. 10, 1993.

CAMPONOGARA, S. *et al.* Interface entre saúde e meio ambiente na formação profissional em saúde. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 25, n. 6, p. 902-907, 2012.

CAMPONOGARA, S.; KIRCHHOF, A. L.; RAMOS, F. R. Uma revisão sistemática sobre a produção científica com ênfase na relação entre saúde e meio ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 427-439, 2008.

CAMPOS, P. C. **Jornalismo e meio ambiente**: a contribuição dos meios de comunicação e o conceito de sustentabilidade. São Paulo: Rumores, 2012.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção do sujeito ecológico**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

CARVALHO, M. de. **O que é natureza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos).

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. 6. ed. São Paulo: Contemporanea, 1993.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

COMPARATO, F. K. Capitalismo: civilização e poder. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 251-276, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n72/a20v25n72.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CORDANI, U. G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. **Avaliação das ações brasileiras pós Rio-92**. São Paulo: USP, 1997a.

CORDANI, U. G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. **Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 399-408, 1997b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a19.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

CORSTEN, M. **Karl Mannheims Kultursoziologie: Eine Einführung**. Nova York: Campus, 2010.

COX, R. Social/Symbolic Constructions of "Environment". *In*: COX, R. **Environmental communication and the public sphere**. Thousand Oaks, Ca: Sage Publication, 2010a. p. 45-80.

COX, R. Studying Environmental Communication. *In*: COX, R. **Environmental communication and the public sphere**. Thousand Oaks, Ca: Sage Publication, 2010b. p. 13-44.

CRITERIUM ASSESSORIA EM PESQUISAS. **Perfil da juventude brasileira**. dez. 2003. Disponível em: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/perfil_juventude_brasileira.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

ĆULUM, B. Croatian academics and university civic mission integration: possibilities and constraints. *In*: BRANKOVIĆ, J. *et al.* (ed.). **Global challenges, local responses in higher education: the contemporary issues in national and comparative perspective**. Rotterdam: Sense Publishers, 2014. p. 59-78.

DI FELICE, M. (org.). **Do público para as redes: A comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2008.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2010.

DIAS, G. F. **Fundamentos de educação ambiental**. 3. ed. Brasília: Universa, 2004.

DINATO, M. **O meio ambiente e o setor petroquímico do Rio Grande do Sul: um estudo exploratório**. 1998. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande de Sul, Porto Alegre, 1998.

DINIZ, E. M. Os resultados da Rio+10. **Revista do Departamento de Geografia, Ribeirão Preto**, v. 15, p. 31-35. 2002.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DUARTE, J. A. M. Assessoria de imprensa: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação - Intercom**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 79-105, jan.-jun. 2001.

DUNLAP, R. E.; CATTON, W. R. Environmental sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 5, p. 243-273, 1979.

ELKINGTON, J.; HAILES, J.; MAKOWER, J. **The green consumer**. New York: Penguin Books, 1990.

ERICKSON, F. Conceptions of school culture: an overview. **Educational Administration Quarterly**, v. 23, n. 4, p. 11-24, nov. 1987.

FEATHERSTONE, M. Globalizando o Pós-Moderno. *In*: MOURA, C. E. M. **O desmanche da cultura**: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Nobel, 1997. p. 109-118.

FELDMANN, F. **Guia da Ecologia**. São Paulo: Guias Abril, 1992.

FERNANDES, R. S. *et al.* O uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. *In*: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais...** Belém: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004. p. 1-15.

FERRARI, M. A. Uma leitura crítica da comunicação e das Relações Públicas no Brasil e na América Latina. *In*: GRUNIG, J. E.; FERRARI, M. A.; FRANÇA, F. **Relações públicas**: teoria, contexto e relacionamentos. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2009. p. 129-144.

FORMAN, P. The primacy of science in modernity, of technology in post modernity, and of ideology in the history of technology. **History of Technology**, v. 23, n. 1-2, p. 1-152, 2007.

FORMAN, P. Weimar culture, causality, and quantum theory: adaptation by German physicists and mathematicians to a hostile environment. **Historical Studies in the Physical Sciences**, v. 3, p. 100-115, 1971.

FORNI, J. J. Comunicação em tempo de crise. *In*: DUARTE, J. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: Teoria e técnica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 363-370.

FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim, 1995. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 14 jul. 2018.

FURTADO, C. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, C. W. P. **Os descaminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002.

GONÇALVES, L. F. T. **O direito ambiental como instrumento de gestão da empresa contemporânea**. 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em Direito Empresarial) – Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima, 2007.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. São Paulo: Papyrus, 1990.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, L. B. A natureza na arena cultural. **A Página da Educação**, ano 15, n. 155, abr. 2006. Disponível em: https://www.apagina.pt/Download/PAGINA/SM_Doc/Mid_2/Doc_11474/Doc/P%C3%A1gina_11474.pdf. Acesso em: 22 jul. 2018.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

GUIMARÃES, M. Abordagem relacional com forma de ação. In: GUIMARÃES, M. (org.). **Caminhos da Educação Ambiental**: da forma a ação. São Paulo: Papyrus, 2006. p. 7-16.

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. dos R. da. Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 19-39, set./dez. 2012.

GUSMÃO, N. M. M. de. Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 3 (57), p. 47-82, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n3/v19n3a04>. Acesso em: 22 jun. 2019.

HALKIER, B. Consequences of the politicization of consumption. **Journal of Environmental Policy and Planning**, Malden, v. 1, n. 1, p. 25-41, may 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Presidente Prudente**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/panorama>. Acesso em: 12 jan. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limits tart=11970&limit=10&Itemid=0. Acesso em: 24 jan. 2019.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

JORGE, J. **Tietê**: o rio que a cidade perdeu. São Paulo: Alameda, 2006.

JUSKI, J. do R. **Um estudo sobre o papel da comunicação para a sustentabilidade no contexto organizacional**. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40244/R%20-%20D%20-%20JULIANE%20DO%20ROCIO%20JUSKI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 ago. 2018.

KINLAW, D.C. **Empresa competitiva & ecológica**: desempenho sustentado na era ambiental. São Paulo: Makron Books, 1997.

KLEIN, M. **El sentimiento de soledad y otros ensaios**. Buenos Aires: Hormé, 1968.

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de ciências e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

LENZI, C. L. **Sociologia ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru: Edusc, 2006.

LIMA, L. C. A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1067-1083, 2014.

MACHADO, A. de Q. **Licenciamento Ambiental**: atuação preventiva do Estado à luz da Constituição da República Federativa do Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

MAFFESOLI, M. Tribalism and hospitality. *In*: LARROSA, J. (ed.). **On generations. On coexistence between generations**. Barcelona: Fundació Viure i Conviure, 2007. p. 377-379.

MARCZWSKI, M. **Avaliação da percepção ambiental em uma população de estudante do Ensino Fundamental de uma escola municipal rural**: um estudo de caso. 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARQUES, H. R.; MANFROI, J.; CASTILHO, M. A. de. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Campo Grande: UCDB, 2006.

MARTINO, L. C. De qual comunicação estamos falando? *In*: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (org.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 12-15.

MARX, K. ([1858]). **Grundrisse**: elementos fundamentales para la crítica de economía política. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.

MELLO, S. S. de; TRAJBER, R. (coord). **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

MENDES, D. Pesquisa mostra crescimento da consciência ambiental no Brasil. **Ambiente Brasil**, 22 maio 2006. Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2006/05/22/24797-pesquisa-mostra-crescimento-da-consciencia-ambiental-no-brasil.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MILES, B.; MORSE, S. The role of news media in natural disaster risk and recovery. **Ecological Economics**, v. 63, n. 2-3, p. 365-373, 2007.

MORTARI, E. C. M.; SANTOS, S. F. **Monitoramento de redes sociais digitais como estratégia organizacional**. São Paulo: Intercom, 2016.

MUCELIN, C. A.; BELLINI, L. M. A percepção de impactos ambientais no ecossistema urbano de Medianeira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIFUSÃO TECNOLÓGICA, 3., 2006, Medianeira. **Anais** [...]. Medianeira: UTFPR, 2006. p. 114-120. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, E. S. G. Adolescência, internet e tempo: desafios para a Educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 64, p. 283-298, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n64/0104-4060-er-64-00283.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2017.

OLIVEIRA, M.; SIGGERS, R.; MAC DOWELL, A. Gestão sustentável: plantar para colher. **Administrador Profissional**, São Paulo, ano 37, n. 336, p. 12-13, jun. 2014.

OLIVEIRA, S. C. **Responsabilidade socioambiental empresarial: uma ordem constitucional**. 2006. 100 f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2006.

PATRIOTA, T. Relatório da Conferência Internacional sobre população e Desenvolvimento - Plataforma de Cairo, 1994. *In*: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. (Série Documentos). p. 33-112. Disponível em: file:///C:/Users/USer/Downloads/inst_int.pdf. Acesso em: 12 maio 2019.

PELICIONI, M. C. F. Fundamentos da Educação Ambiental. *In*: PHILLIPI JR., A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri: Manole, 2004. p. 459-463.

PEREZ, C. Technological revolutions and techno-economic paradigms. **Cambridge Journal of Economics**, v. 34, p. 185-202, 2010.

PÉREZ-LUGO, M. The mass media and disaster awareness in Puerto Rico. A case study of the floods in Barrio Tortugo. **Organization Environment**, v. 14, n. 1, p. 55-73, 2001.

PIAGET J. A psicogênese dos conhecimentos e sua significação epistemológica. *In*: PIATTELLI-PALMARINI, M. (org.). **Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem: debate de Jean Piaget e Noam Chomsky com outros autores**. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 51-62.

POCHMANN, M. Capitalismo e desenvolvimento. *In*: POCHMANN, M. **Brasil sem industrialização: a herança renunciada**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. p. 16-64.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTO, B. O jovem é o guardião da cultura. Entrevistado: Henry Jenkins. **O Globo - Cultura**, 25 maio 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/megazine/henry-jenkins-jovem-o-guardiao-da-cultura-3002904>. Acesso em: 18 mar. 2018.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 271-283, jan./abr. 2017.

PRENSKY, M. Digital Natives, Digital Immigrants. Part 1. **On the Horizon**, v. 9, n. 5, p. 1-6, sep./oct. 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O caminho para a dignidade até 2030**: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta. Disponível em: http://www.pnud.org.br/arquivos/relatorio_sintese_ods.pdf. Acesso em: 22 set. 2017.

QUADROS, R.; TAVARES, A. N. À conquista do futuro: sustentabilidade como base da inovação de pequenas empresas. **Ideia Sustentável**, São Paulo, ano 9, n. 36, p. 30-35, jul. 2014.

RAMOS, E. C. Educação ambiental: origem e perspectivas. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 201-218, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a12.pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.

RIBEIRO, D. **Teoria do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

RIOJAS, J. A complexidade ambiental na Universidade. *In*: LEFF, E. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 217-219.

ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P.; LEONARDI, M. L. A. (org.). **Economia do meio ambiente**. Campinas: UNICAMP/IE, 2001.

SAFATLE, A. Ecosofia põe a vida no centro do universo. Entrevistado: Massimo Di Felice. **Página 22**, São Paulo, ed. 97, 06 jul. 2015. Disponível em: <http://pagina22.com.br/2015/07/06/ecosofia-poe-a-vida-no-centro-do-universo/>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 15.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, S. A. M. dos. Reflexões sobre o panorama da Educação Ambiental no ensino formal. *In*: BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental**. Brasília: MEC; SEF, 2001. p. 33-38. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

SARMENTO, M. J. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 265-283, abr. 2002.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SEMESP. **Censo da educação superior indica que o Brasil perpetua gerações sem acesso ao Ensino Superior**. Disponível em:

<https://www.semesp.org.br/noticias/censo-da-educacao-superior-indica-que-o-brasil-perpetua-geracoes-sem-acesso-ao-ensino-superior/>. Acesso em: 02 nov. 2018.

SILVA T. de O. S.; SILVA L. T. G. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 34, n. 103, p. 87-97, 2017.

SILVA, M. M.; ALBUQUERQUE, M. C. R. de; MAZZORCA, A. C. M. Meio ambiente e cidadania: a educação ambiental como instrumento de resgate da identidade e auto-estima de uma comunidade, na busca pela melhoria da qualidade de vida – uma experiência com alunos de ensino fundamental, numa escola municipal da zona leste de São Paulo. *In*: SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 6., 2002, Vitória. **Anais...** Vitória: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2002. p. 1-21. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/sibesa6/ccxxiv.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

SILVA, P. A. Subjetivação presente no discurso do protagonismo juvenil. **Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, n. 2, p. 12-18, 2010.

SOUZA, A. P. L. de *et al.* Participação social e protagonismo: Reflexões a partir das conferências de direitos da criança e do adolescente no Brasil. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 28, n. 2, p. 178-193, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242010000200003&lng=en&tlng=pt. Acesso em: 13 ago. 2018.

TAMAIÓ, I. **O professor na construção do conceito de natureza**: uma experiência de Educação Ambiental. São Paulo: Annablume: WWF, 2002.

TAPSCOTT, D. **A hora da geração digital**: como os jovens que cresceram usando a Internet estão mudando tudo, das empresas aos governos. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. R. **O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

TRIGUEIRO, A. **Mundo sustentável**: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

TUAN, Y-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UNESCO. Conferência de Estocolmo. Plano de Ação Mundial. Estocolmo, 1972. *In*: DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992. p. 272.

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA. **Conheça a Unoeste**. 2019a. Disponível em: <http://www.unoeste.br/AUnoeste>. Acesso em: 3 dez. 2019.

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA. Departamento de Comunicação. **Campus II da Unoeste em Presidente Prudente**. 2018a. 1 fotografia, color.

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA. Departamento de Comunicação **Entrepasto de coleta seletiva da Unoeste**. 2019e. 1 fotografia, color.

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA. Departamento de Comunicação. **Lixeiras no bloco B1, campus II**. 2019d. 1 fotografia, color.

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA. Departamento de Comunicação. **Usina Solar Fotovoltaica**. 2019c. 1 fotografia, color.

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022**. Presidente Prudente: Unoeste, abr. 2018. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/auniversidade/documentos/PDI-2018-2022.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA. **Plano de Logística Ambiental Sustentável**. 2016. Disponível em: <http://www.unoeste.br/Content/Documentos/sustentavel/2016/plano.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA. **Relatório de Autoavaliação Institucional**: Ano de referência 2018. Presidente Prudente: Unoeste, mar. 2019b. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/auniversidade/cpa/documentos/Relatorio-Parcial-MEC-CPA-2018.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

UNOESTE 45 anos: 1972-2017. Presidente Prudente: Universidade do Oeste Paulista, 2017.

USINA solar fotovoltaica garante sustentabilidade e economia. Unoeste - Notícias, 11 mar. 2019. Disponível em: <http://www.unoeste.br/Noticias/2019/3/usina-solar-fotovoltaica-garante-sustentabilidade-e-economia>. Acesso em: 18 abr. 2019.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Tradução de Maria Ercarnación Moya. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

YUVAL-DAVIS, N. Belonging and the politics of belonging. **Patterns of Prejudice**, v. 40, n. 3, p. 197-214, jul. 2006.

ZIGLIO, L. A. I. **Redes socioambientais e a cooperação internacional**: GARSD. 2012. 172 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27092012-113608/>. Acesso em: 22 jul. 2017.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa “CONCEPÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A IMPORTÂNCIA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS NA GESTÃO ORGANIZACIONAL”

Nome do (a) Pesquisador (a): ALINE PAIVA BLASECHI GARCIA

Nome do (a) Orientador (a): ALBA REGINA AZEVEDO ARANA

1. **Natureza da pesquisa:** o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade: pensar em estratégias que possam auxiliar as instituições a definitivamente colocar em prática a responsabilidade ambiental e, para isso, é preciso conhecer mais do que nunca os diferentes públicos que elas se relacionam.
2. **Participantes da pesquisa:** (1.064 participantes, sendo alunos de graduação, alunos de pós-graduação, professores e funcionários administrativos).
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) (obtenha informações relevantes sobre a percepção ambiental do público da universidade). A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.) (...). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa, que é o órgão que avalia se não há problemas na realização de uma pesquisa com seres humanos.
4. **Sobre as entrevistas:** serão feitas por meio de programa específico Survey Monkey, parceria com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES e por meio de acadêmicos da Faculdade de Comunicação Social “Jornalista Roberto Marinho” (Facopp) da própria Universidade do Oeste Paulista (Unoeste).
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e seu (sua) orientador (a) (e/ou equipe

de pesquisa) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.

7. **Benefícios:** *ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre (a percepção do público que frequenta a universidade), de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa (possa gerar ações estratégicas de gestão e comunicação), onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.*
8. **Pagamento:** *a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.*

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.


Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Página 1 / 2

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Assinatura do Participante da Pesquisa



Assinatura do Pesquisador



Assinatura do Orientador

Pesquisador: ALINE PAIVA BLASECHI GARCIA (18) 98122-4411

Orientador: ALBA REGINA AZEVEDO ARANA (18) 98131-1894

CEP/UNOESTE - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNOESTE:

Coordenadora: Profa. Dra. Gisele Alborghetti Nai / Vice-Coordenadora: Profa. Dra.

Rosa Maria Barilli Nogueira. Endereço do CEP: Coordenadoria de Pesquisa,

Desenvolvimento

e

Inovação

(CPDI)

APÊNDICES

APÊNDICE A – COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – PERFIL DO INGRESSANTE 2º SEMESTRE DE 2018

Perguntas do perfil do ingressante

1. Em qual curso você está matriculado?
2. Qual o seu sexo?
3. Qual a sua idade?
4. Sua família reside:
5. Motivo de escolha do curso nesta Universidade:
7. Como vai pagar o curso?
8. Como vai se manter no curso (transporte, moradia, alimentação, etc.)?
9. O quê ou quem te auxiliou na escolha da sua futura profissão?
10. Se “Outros”, por favor, indique:
12. Avalie a infraestrutura do curso:
13. Avalie o/a acolhimento/integração nos seus primeiros dias de aula oferecido pelo(s):
14. Como está o seu processo adaptativo ao curso que está iniciando?
15. Quais dificuldades?
16. Se “Outros”, por favor, indique:
17. Nesse início de curso, os conteúdos e as atividades trabalhados em sala de aula estão de acordo com o que você esperava para sua formação profissional?
18. Nos primeiros dias de aula você recebeu informações gerais sobre o curso, corpo docente, conteúdos das disciplinas, metodologias do ensino, critérios de avaliação, bibliografias, enfim, informações de como o curso será desenvolvido?
19. Foram-lhe apresentados os ambientes de apoio para o desenvolvimento das aulas e atividades do curso: laboratórios, clínicas, biblioteca, Aprender Unoeste, etc.
20. Você já tem algum conhecimento da formação profissional que escolheu?
21. Quais são as suas expectativas profissionais após a conclusão do curso que faz?
22. Se “Outros”, por favor, indique:
23. Para garantir uma boa formação profissional, o que você espera do curso que faz e da Unoeste?
24. Se “Outros”, por favor, indique:
25. De que forma você prefere receber informações da Unoeste?

26. Se “Outros”, por favor, indique:
27. Em qual formato você prefere receber informações?
28. Se “Outros”, por favor, indique:
29. Você fala, lê ou escreve em outro idioma?
30. Indique o(s) idioma(s):
31. Se “Outros”, por favor, indique:
- 32. O que você faz para preservar o meio ambiente?**
33. Se “Outros”, por favor, indique:
- 34. Na Unoeste, você observou alguma ação ou prática de promoção da educação ambiental?**
35. Você sabe se comunicar pela Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)?
36. Em uma escala de 0 a 10, o quanto você indicaria a Unoeste para um amigo?
37. O que o levou a atribuir esta nota?
38. Caso queira adicionar algum comentário para a melhoria do Curso no qual está matriculado e da Unoeste, utilize o espaço abaixo:
39. Quanto a esta avaliação:
- 1) Você achou fácil acessar a pesquisa na Internet?
 - 2) As questões foram bem compreendidas?
 - 3) Você sentiu satisfação em participar dessa pesquisa?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Perguntas para estudantes de Ciências Biológicas e Engenharia Ambiental

- Primeira seção

- 1- Sexo
- 2- Idade
- 3- Renda Familiar
- 4- Curso e termo

- Segunda seção

- 5- Antes de jogar algo no lixo, você pensa em como poderia reutilizá-lo?
- 6- Você é adepto à coleta seletiva?
- 7- Quais das ações abaixo você costuma fazer?
 - 7.1 - Separar o lixo que pode ser reciclado (papel, plástico, alumínio, vidro, metais).
 - 7.2 - Apagar as luzes, desligar a TV, aparelho de som, ventilador/ar-condicionado ao sair de um ambiente.
 - 7.3 - Procura não deixar a torneira aberta ao escovar os dentes ou ao fazer a barba.
 - 7.4 - Utiliza os dois lados do papel sulfite, ou reutiliza rascunhos.
 - 7.5 - Evita imprimir coisas desnecessárias.
- 8- Qual a sua principal fonte de informação sobre as questões ambientais?
- 9- Você acredita ser importante o desenvolvimento de ações sustentáveis dentro do ambiente universitário ou realizadas pela universidade?
- 10- Você conhece alguma ação de sustentabilidade realizada pela Unoeste?

- 11- Tem interesse em participar de ações sustentáveis desenvolvidas pela Unoeste?
- 12- Acredita que poderia colaborar mais em relação à sustentabilidade do ambiente universitário?
- 13- Qual a importância para você a escolha de estudar ou trabalhar em uma instituição/empresa que tem preocupação com o meio ambiente? De 1 a 5, sendo 1 pouco importante e 5 muito importante.

- Terceira seção

- 14- Você encontra lixeiras disponíveis para o descarte correto dos produtos que consome dentro dos *campi*?
- 15- Você encontra lixeiras suficientes nas salas e corredores?
- 16- Quando consome nos quiosques, joga o lixo nas lixeiras?
- 17- Ao sair do banheiro, apaga a luz?
- 18- Ao ser o último a deixar a sala de aula, apaga a luz e/ou desliga o ar-condicionado?
- 19- Ao consumir água faz uso de garrafa própria?
- 20- Quais ações você gostaria de ver implantadas pela Unoeste:
 - 20.1 - Racionalizar o uso de material de consumo.
 - 20.2 - Diminuir o consumo de energia elétrica nos *campi*.
 - 20.3 - Diminuir os esgotos gerados e aumentar o reúso da água.
 - 20.4 - Coleta seletiva.
 - 20.5 - Produção de energia solar.
 - 20.6 - Inserir variáveis ambientais nos processos de compra e contratações.
 - 20.7 - Aumentar a eficiência do sistema de transporte de pessoas e materiais.
 - 20.8 - Fomentar práticas sustentáveis e dar visibilidade às iniciativas de melhoria da qualidade de vida.
 - 20.9 - Ações fora dos *campi* voltadas à comunidade.
- 21- Gostaria de saber quais ações sustentáveis são realizadas pela Unoeste?

- 21.1- Por qual canal?
 - 21.1.1 - Site da Unoeste.
 - 21.1.2 - Facebook da Unoeste
 - 21.1.3 - MSN celular.
 - 21.1.4 - E-mail marketing.
 - 21.1.5 - Panfleto/cartaz.
 - 21.1.6 - Faixa.

- Quarta seção

- 22- Acredita que a Unoeste tenha uma boa imagem quanto ao aspecto da sustentabilidade?
- 23- Você sabe se a responsabilidade ambiental está presente na missão (visão e valores) da Unoeste?
- 24- Qual tipo de mídia lhe passaria maior confiabilidade em ver informações sobre as atividades de sustentabilidade promovidas pela Unoeste?
 - 24.1 - TV.
 - 24.2 - Internet
 - 24.3 - Jornal.
 - 24.4 - Rádio.
 - 25.5 - Revista.
 - 26.6 - Outros.
- 25- Quais os meios de comunicação você mais utiliza no seu dia a dia?
 - 25.1 - Celular
 - 25.2 - TV.
 - 25.3 - Notebook/computador.
 - 25.4 - Jornal.
 - 25.5 - Rádio.
 - 25.6 - Revista.
 - 25.7 - Tablet.